

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNESP – CAMPUS DE FRANCA**

VIVIAN MONTEZANO CRUZ

**LEMBRAR PARA ESQUECER:
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA ESQUERDA ARMADA NO
BRASIL (1974-1988)**

**FRANCA
2016**

VIVIAN MONTEZANO CRUZ

**LEMBRAR PARA ESQUECER:
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA ESQUERDA ARMADA NO
BRASIL (1974-1988)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio

FRANCA

2016

Cruz, Vivian Montezano.

Lembrar para esquecer : a construção da memória social da esquerda armada no Brasil (1974-1988) / Vivian Montezano Cruz.
– Franca : [s.n.], 2016.

100 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Alberto Aggio

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Memória coletiva. I. Título.

CDD – 981.063

VIVIAN MONTEZANO CRUZ

**LEMBRAR PARA ESQUECER:
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA ESQUERDA ARMADA NO
BRASIL (1974-1988)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Alberto Aggio, Unesp/ Franca

1º Examinador: _____
Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, Unesp/ Franca

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo, UVV

Franca, 17 de novembro de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais, Flavio e Heloisa,
meus pilares.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste processo finaliza mais uma difícil e gratificante etapa em minha vida. Por isso, não posso deixar de agradecer a todos que, de alguma forma, estiveram comigo nestes últimos dois anos e meio de trabalho e dedicação.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, me amparando nos momentos de dificuldade e ouvindo, pacientemente, minhas preces. Sem Ele certamente nada disso seria possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Aggio, agradeço pelos seis anos que trabalhamos juntos. Do conceito de populismo no TCC à construção da memória social da esquerda armada na dissertação, fizemos um trabalho conjunto que rendeu bons frutos. Obrigada pela oportunidade e por acreditar em mim.

Às queridas professoras que compuseram minha banca de qualificação, Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva e Profa. Dra. Marisa Saenz Lemos, agradeço pelos apontamentos, críticas e sugestões feitas ao meu trabalho. Ao Prof. Dr. Vitor Amorin de Angelo, da UVV, agradeço pelo excelente trabalho de doutoramento que, em muitos momentos, me auxiliaram no andamento da pesquisa, e à participação e arguição feitas na banca de defesa.

Ao meu noivo Vinicius Carlos da Silva, também historiador e mestrando, a minha eterna gratidão pelo amor, carinho, dedicação e paciência demonstrados. Concluir esta etapa exigiu mais do que estudos e conhecimentos adquiridos, dependeu da estabilidade emocional, psicológica e financeira que mantive durante o processo. Nisso, e em muitas outras coisas, você foi a minha base.

Não posso deixar de mencionar os que comigo torceram e comemoraram desde o processo seletivo. Aos meus pais, Flávio e Heloisa, e irmãos, Lucas e Flavia, sou grata por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando mesmo quando tudo parece ser impossível. O apoio e incentivo de vocês sempre foram fundamentais para que eu buscasse e alcançasse meus objetivos. Aos meus queridos primos Ana Carolina e Prof. Dr. Breno Santos, agradeço pelo apoio emocional, pela paciência e pelas orientações práticas de quem compartilha deste universo acadêmico.

A todos os meus queridos amigos e companheiros de Pós-Graduação, especialmente o Marcus Vinicius, o Eustáquio e o Elvis, agradeço pelas conversas acadêmicas, pelos debates sobre as aulas, pelos eventos em grupo e pelos momentos de descontração; aos colegas Felipe Quadrado, Pedro Russo, Fabrício Trevisan, Aline Pagotto, Camila Savegnago e Alexandra

Tedesco agradeço pelo incentivo, pelas burocracias compartilhadas, pelas conversas e indicações de leitura.

Às queridas Letícia, Renata, Kate, Jéssica e Beatriz sou grata pelo apoio emocional despendido ao longo desses anos e, especialmente, nesses últimos meses.

Por fim, a todos os amigos se importaram comigo, foram compreensivos quando eu não pude sair por estar estudando, me ligaram ou mandaram mensagem de apoio, colocaram o meu nome em suas orações, minha gratidão.

M. de memória

Os livros sabem de cor
milhares de poemas.
Que memória!
Lembrar, assim, vale a pena.
Vale a pena o desperdício,
Ulisses voltou de Tróia,
assim como Dante disse,
o céu não vale uma história.
um dia, o diabo veio
seduzir um doutor Fausto.
Byron era verdadeiro.
Fernando, pessoa, era falso.
Mallarmé era tão pálido,
mais parecia uma página.
Rimbaud se mandou pra África,
Hemingway de miragens.
Os livros sabem de tudo.
Já sabem deste dilema.
Só não sabem que, no fundo,
ler não passa de uma lenda.

Paulo Leminski

CRUZ, Vivian Montezano. **Lembrar para esquecer:** a construção da memória social da esquerda armada no Brasil (1974-1988). 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

O presente trabalho visa à análise do processo de construção da memória social da esquerda armada atuante no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Assim, partindo do processo analítico de dois tempos específicos, isto é, da análise da guerrilha (1964-1973) e de suas narrativas (1974-1988), busca-se compreender as possíveis incompatibilidades no discurso dos ex-militantes, os quais, por meio de relatos memorialísticos, contribuíram para a construção da memória social da esquerda armada. Para isso, foram utilizados três fontes memorialísticas – *O que é isso, companheiro?* (1979), escrito por Fernando Gabeira; *Os Carbonários: memórias de uma guerrilha perdida* (1980), de Alfredo Syrakis; *A fuga* (1984), de Reinaldo Guarany – somadas aos documentos de orientação teórica referentes aos grupos de guerrilha em que os autores destas fontes autobiográficas participaram – *Linha Política e Orientação para a Prática* (1969), do MR-8; *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução* (1969), da VPR; *O papel da ação revolucionária na organização* (1969), da ALN. Publicados em um contexto de redemocratização, posterior à promulgação da Lei de Anistia (1979) e à revogação do AI-5, os relatos memorialísticos de autocritica da luta armada tiveram influência direta na construção da memória social que atribuía aos grupos de guerrilha os ideais de resistência e democracia. Por isso, o foco deste trabalho consiste em pesquisar acerca dos motivos que levaram os ex-guerrilheiros da luta armada a vincularem suas obras a estes ideais e a silenciar sobre a proposta inicial dos grupos de guerrilha: a instauração de uma ofensiva revolucionária que levasse o Brasil ao regime socialista por meio da ditadura do proletariado.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Memória social. Esquerda armada.

CRUZ, Vivian Montezano. **Remember to forget:** the construction of the armed left's social memory in Brazil (1974-1988). 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of building the social memory of the armed left in the context of the Brazilian civil-military dictatorship. Thus, starting from the analytical process of two specific times, that is, from the analysis of the guerrilla (1964-1973) and its narratives (1974-1988), we seek to understand the possible incompatibilities in the discourse of ex-militants. Through memorialistic accounts, contributed to the construction of the social memory of the armed left. For this, three memorialistic sources were used - *O que é isso, companheiro?* (1979) written by Fernando Gabeira; *Os Carbonários: memórias de uma guerrilha perdida* (1980), of Alfredo Syrkis; *A fuga* (1984), of Reinaldo Guarany - *Linha Política e Orientação para a Prática* (1969), of MR-8; *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução* (1969), of VPR; *O papel da ação revolucionária na organização* (1969), of ALN. Published in a context of redemocratization, following the promulgation of the Amnesty Law (1979) and the revocation of AI-5, the memorialistic accounts of self-criticism of the armed struggle had a direct influence on the social memory that gave guerrilla groups the ideals of resistance and democracy. Therefore, the focus of this work is to investigate the reasons why the former guerrillas of the armed struggle linked their works to these ideals and to silence about the initial proposal of the guerrilla groups: the establishment of a revolutionary offensive that took the Brazil to the socialist regime through the dictatorship of the proletariat.

Keywords: Civil-military dictatorship. Social memory. Armed left.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AI-1 – Ato Institucional n.1

AI-5 – Ato Institucional n.5

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista do Brasil

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CIME – Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DI-GB – Dissidência da Guanabara

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JUC – Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário – 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PE – Polícia do Exército

POLOP – Política Operária

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA	18
1.1. A Nova História Política e o estudo da Memória	21
1.2. A memória social, a memória coletiva e a memória individual	28
CAPÍTULO 2. CONSTRUINDO UMA MEMÓRIA	37
2.1. A sociedade civil e a resistência democrática	39
2.2. A esquerda armada e a resistência democrática	49
CAPÍTULO 3. DESCONSTRUINDO UMA MEMÓRIA	64
3.1. A resistência	69
3.2. A democracia	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretendeu analisar o processo de construção da memória social da esquerda armada atuante na ditadura civil-militar brasileira.¹ Formulada durante o período de redemocratização do Brasil, esta memória atribui aos grupos de guerrilha as características de luta de resistência à ditadura militar instaurada em 1964 e em favor do retorno da democracia conforme o *status-quo* anterior ao golpe de Estado deste mesmo ano.

Com isso, tal memória social ignora os feitos muitas vezes descritos nos documentos de orientações teóricas dos grupos de guerrilha, que claramente atribuíam à luta armada o combate ao capitalismo e o imperialismo, representados na figura dos militares no poder, e a instauração do regime socialista, por meio da instituição da ditadura do proletariado.

Perante a essas perspectivas, buscou-se ainda compreender a função desempenhada pela sociedade civil e pelos relatos memorialísticos de autocrítica da luta armada na formação e expansão desta memória social, bem como os motivos considerados por ambos para atribuir à memória social da esquerda armada uma designação que não condizia com os documentos históricos do período de guerrilha.

Após construir uma imagem de si vinculada à resistência democrática, silenciando sobre a participação de importantes setores civis na instituição e manutenção da ditadura, a sociedade civil passou a interpretar o posicionamento tomado pelos ex-guerrilheiros ao longo do processo de redemocratização do Brasil. Ao serem vistos como partícipes fiéis em favor das lutas político-sociais – da Anistia e das Diretas Já! –, junto a seus familiares, os ex-integrantes da esquerda armada foram interpretados pela sociedade civil como árdios combatentes da ditadura e plenos defensores da democracia.²

Logo esta interpretação de valores e ideologias atribuída aos ex-membros da guerrilha perpassou o momento de redemocratização do Brasil e os atos praticados naquele momento, chegando a adjetivar a luta no âmbito da guerrilha.³

Estabelecida a interpretação que definia a guerrilha como um movimento de luta pela resistência democrática, tal narrativa não demorou a se estender às rememorações dos ex-

¹ Utilizou-se o conceito de golpe e ditadura civil-militar neste trabalho a fim de evidenciar a participação de setores da sociedade civil na derrubada do legítimo governo de João Goulart e no regime de exceção que o seguiu. Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981 e FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

² ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.169.

³ Ibid., p.169.

integrantes deste movimento e, portanto, a compor os relatos memorialísticos de autocrítica da luta armada.

Publicada após a outorgação da Lei de Anistia⁴ e a revogação do AI-5,⁵ tal versão baseou-se no silenciamento dos fatores que, de alguma maneira, eram contraditórias aos valores democráticos do momento de sua publicação. Com isso, tanto a sociedade civil quanto os ex-integrantes da guerrilha promoviam o esquecimento e isentavam-se de um passado que não se adequava aos valores da democracia.⁶

Assim, ao relembrar os feitos do passado, em suas autobiografias, os ex-guerrilheiros esqueciam-se de mencionar a participação de importantes setores da sociedade civil no golpe de Estado de 1964 e na ditadura subsequente; esqueciam-se também de sua árdua luta pela instauração de um novo regime político que não era nada democrático; e com isso promoviam uma memória conveniente e que agradava grande parte da população ao reforçar os valores democráticos do momento.⁷

Incentivadas por diversas editoras de oposição à ditadura, as obras de autocrítica da luta armada, que denunciavam os abusos cometidos pelos militares e pronunciavam o movimento de guerrilha como uma forma de combate a estes, ganharam grande repercussão no meio social, consolidando a memória social da luta armada como uma forma de resistência democrática e, mais do que isso, vencendo as outras vertentes memorialísticas que tentavam impor a sua versão sobre os acontecimentos do passado.

Visto isso, este trabalho concentrou-se no que a historiadora e cientista política Lucilia de Almeida Neves Delgado chamou de “dois tempos específicos”,⁸ isto é, na análise comparativa entre o tempo “referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos, e o relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses mesmos acontecimentos e processos”.⁹ Assim, buscou-se entender as divergências entre as narrativas utilizadas pelos grupos de guerrilha durante o período em que vigorou a luta armada no Brasil (1964-1973) e

⁴ BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 28 agosto 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

⁵ BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 17 outubro 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

⁶ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 81-91.

⁷ Ibid., p. 81-91.

⁸ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, p.16.

⁹ Ibid., p.16.

as narrativas das autobiografias de autocrítica escritas pelos ex-combatentes da guerrilha e publicadas no contexto de redemocratização do Brasil (1974-1988).

Permeado pela formação da cultura política democrática,¹⁰ o estudo do período de transição do regime autoritário para o regime democrático, de 1974 a 1988 – incluindo o período denominado governo de transição –, foi essencial para a constituição da interpretação de resistência democrática atribuída aos movimentos de guerrilha. Assim, dada à influência dos valores emitidos durante este período político da história do Brasil nos escritos autobiográficos dos ex-combatentes da luta armada e, portanto, na construção da memória social da esquerda armada, tem-se este recorte temporal como referência para o estudo das narrativas memorialísticas.

Dessa forma, buscou-se entender, através de três obras memorialísticas escritas pelos partícipes dos grupos MR-8, ALN e VPR, os motivos que levaram tais autores a atribuir à guerrilha a caracterização de resistência democrática em suas autobiografias. São elas: *O que é isso, companheiro?*,¹¹ escrito por Fernando Gabeira e publicado no Brasil no ano de 1979; *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*,¹² escrito por Alfredo Syrkis e publicado no Brasil em 1980; e *A fuga*,¹³ escrito por Reinaldo Guarany e publicado no Brasil no ano de 1984.

E com o intuito de entender se ao movimento de guerrilha pode-se de fato atribuir a caracterização de resistência democrática, analisaram-se três documentos de orientação teórica, que relatam os objetivos e estratégias dos grupos de guerrilha. São eles: *O papel da ação revolucionária na organização*, da ALN, *Linha política e orientação para a prática*, do MR-8 e *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*, da VPR, presentes no livro *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá.¹⁴

Portanto, para bem explicitar os temas acima expostos, a dissertação foi organizada em três capítulos. Com o objetivo de fornecer o aparato teórico-metodológico para esta

¹⁰ Entende-se neste trabalho o conceito de cultura política como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político”, variando em função dos “lugares, das épocas, dos tipos de civilização”. BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.31-32.

¹¹ GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹² SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980.

¹³ GUARANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

pesquisa, o primeiro capítulo trabalhou as relações entre Memória e História, aprofundando-se especificamente nas temáticas referentes à influência política da memória, às diferenciações entre memória coletiva, social e individual e à questão que envolve memória, silêncio e esquecimento.

Já o segundo capítulo tem o objetivo de compreender os motivos que levaram os ex-combatentes da esquerda armada a associarem suas lutas durante a ditadura aos ideais de democracia e resistência. Para tanto, buscou-se entender a influência da sociedade civil na construção da memória social da esquerda armada e a importância dos relatos autobiográficos dos ex-integrantes da guerrilha que, através de suas narrativas recheadas de isenções, ajudaram a consolidar a memória de resistência democrática.

Por fim, o terceiro capítulo visou o questionamento da memória social consolidada pela esquerda armada atuante na ditadura civil-militar brasileira, que se atrelou ao ideal de resistência democrática a partir da publicação dos relatos memorialísticos no período posterior à promulgação da Lei de Anistia e a revogação do AI-5. Para isso, analisaram-se documentos políticos elaborados pelas organizações de esquerda em que os autores de nossas fontes de pesquisa lutaram – o MR-8, a ANL e a VPR –, com o intuito de entender se houve de fato a luta pela volta do regime democrático e se podemos considerá-los movimentos de resistência.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1. AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

O uso da memória sempre esteve presente na humanidade. Empregada para recordar os acontecimentos do passado, fornecer o conhecimento histórico de uma determinada nação e perpassar as tradições socioculturais entre gerações, a memória ocupou, até o século XIX, o lugar da história. Eximindo-se do uso de métodos científicos e de compromisso com a veracidade dos fatos, a memória fornecia uma versão da história de forma completa, preenchendo todas as lacunas com as narrativas de seu contador.

Sendo antecessora da história como “ciência”, a história-memória foi responsável por relatar os acontecimentos do passado,¹⁵ que culminaram até o século XIX, como versões oficiais do passado da França; “dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história ‘total’”, todo o conhecimento que tínhamos sobre a história da nação francesa no passado – de Bossuet, Michelet, Voltaire – estava vinculada à memória dos historiadores-narradores.¹⁶

A partir desta data, contudo, os franceses começaram a contestar a credibilidade da história da nação, escrita com base em relatos sem critérios científicos e a mercê das interpretações dos narradores. Assim, a historiografia, a história da história – crítica e baseada em um rigoroso método analítico –, substituiu a antiga história-memória e desde então “todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores” e construir uma história vinculada aos ritos científicos.¹⁷

Se podría incluso, con Paul Ricoeur, atribuir a la memoria una condición *matricial* (2000:106). La historia es una puesta en relato, una escritura del pasado según las modalidades y reglas de un oficio –digamos incluso, con muchas comillas, de una “ciencia”– que constituye una parte, un desarrollo de la memoria. Pero si la historia nace de la memoria, también se emancipa de ella, al punto de hacer de la memoria uno de sus temas de investigación como lo prueba la historia contemporánea [história do tempo presente].¹⁸

¹⁵ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000, p.106 apud TRAVERSO, Enzo. *Historia y memoria*. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.72.

¹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.10.

¹⁷ *Ibid.*, p.10.

¹⁸ TRAVERSO, Enzo. *Historia y memoria*. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.72.

Nascida da memória, mas independente dela, a história mostrou-se, portanto, criteriosa e metódica, em busca de fatos e documentos para analisar o seu objeto de estudo; para escrever a então história política da pátria. Assim, ao longo do século XIX e até o início do século XX, com a história positivista, a memória foi posta de lado, sendo completamente ignorada como possível fonte de conhecimento e objeto de estudo.

Tal perspectiva somente foi alterada a partir da década de 60, com a terceira geração da Escola dos Annales. Propondo modificações estruturais, que permitiam a maleabilidade do estudo da história, o diálogo com outras disciplinas e a valorização dos aspectos econômicos e culturais, os pesquisadores deste grupo fizeram da memória um importante setor de estudo para a história. Muito em breve a este período, com a renovação da história política, o estudo da memória passou também a compor a Nova História Política.¹⁹

Além da participação da memória nestas duas importantes vertentes de estudo da história, há que se destacar ainda sua participação, e protagonismo, na história do tempo presente; “a *memória* é certamente constitutiva do tempo presente, mais precisamente por causa da presença de atores vivos”.²⁰

A história do tempo presente se categoriza por um movimento de renovação historiográfica com base em um determinado período temporal da história, o século XX. Partindo do estudo de temáticas do passado recente, este movimento da história permite a “revitalização da história política, [a] ampliação do uso das fontes, [...] [a] valorização de atores individuais e coletivos, [a] relação dialética entre história e memória,” dentre outros.²¹

A partir desta amplitude metodológica, o estudo e aplicação deste período específico nas pesquisas científicas têm ganhado forças tanto no âmbito da História quanto através de demais áreas do conhecimento. Isso porque além de possibilitar a proximidade temporal entre o objeto de pesquisa e o pesquisador,²² tal movimento ainda admite a “valorização da interdisciplinaridade” e o “maior diálogo com as ciências sociais”,²³ incluindo nesse quesito o estudo da memória.

Portanto, embora provinda de uma contestação acerca da história-memória do passado, a história hoje é uma ciência independente que conta com a memória como um de

¹⁹ Esta temática será analisada no primeiro tópico deste capítulo.

²⁰ ROUSSO, Henry. A história do tempo presente vinte anos depois. In: PÔRTO JR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p.289.

²¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.07.

²² ROUSSO, op. cit., p.278.

²³ DELGADO, op.cit., p.07.

seus mais importantes setores de estudo. Ocupando, então, diferentes lugares no âmbito da pesquisa, pode-se dizer que

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela um, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.²⁴

Entre convergências e divergências, na atualidade a memória e a história tomam posições completamente distintas, quase que opostas uma à outra. Contudo, pode-se atribuir a ambas uma preocupação em comum: a elaboração do passado.²⁵

1.1. A Nova História Política e o estudo da memória

O estudo da memória, bem como a sua relação com a história, tem ganhado os holofotes no palco das Ciências Humanas e Sociais no decorrer das últimas décadas, especialmente nos países “onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX”.²⁶ Isso porque as possibilidades fornecidas por este estudo, através de

²⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.9.

²⁵ TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.72.

²⁶ SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememorações/ Comemorações: As utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n.44, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 15 jul. 2014.

testemunhos e relatos memorialísticos, evitam que a sociedade se esqueça dos erros cometidos no passado, prevenindo assim a repetição das tragédias.

Do ponto de vista historiográfico, foi a partir de meados do século XX, do rompimento com o positivismo somado ao aparecimento da Escola dos Annales, que o estudo da memória passou a fazer parte do universo do historiador. Até esta data, portanto, a história prendia-se ao uso de uma metodologia científica intrincada, que se baseava na análise de documentos oficiais para a produção de uma história política factual.

Surgida na Alemanha em fins do século XIX, como uma forma de contestação à história-memória que vigorava até aqueles tempos, a vertente denominada Historicismo propunha um novo método de análise dos documentos históricos, baseado em dados factuais, documentos oficiais e interpretação restrita dos historiadores. Aproximando a história cada vez mais de uma ciência,²⁷ esta vertente historiográfica elaborada pelo historiador Leopold Von Ranke, com base no positivismo comteano, propagava a ideia de "que a atmosfera e a mentalidade das eras passadas tinham que ser também reconstruídas, pois só assim o registro formal dos eventos teria qualquer significado".²⁸

Inspirada neste viés historiográfico, e mantendo-se nas frequentes competições desta estirpe com a Alemanha, a França também elaborou durante o século XIX uma versão historiográfica baseada no positivismo comteano – a Escola Metódica. Esta baseava seus ideais na supervalorização do estudo da história política, dos grandes homens e eventos históricos; além disso, utilizava a tradição da história escrita amparada em dados factuais, que deveriam ser isentos de interpretação, como a forma correta de se fazer história. Assim,

o ponto de partida do ofício de historiador envolvia pesquisar documentos, reuni-los, classificá-los e, com o amparo das chamadas ‘ciências auxiliares’ da história, proceder à crítica externa, especialmente sobre a origem das fontes; em seguida passar à crítica interna visando à determinação dos fatos para, finalmente, coroar com a construção narrativa, agrupando e ordenando os fatos numa sequência de causalidades.²⁹

²⁷ VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales**: legados historiográficos de três gerações (1929-1989). Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html> >. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁸ TOSH, John. **A busca da história**: Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. 5a ed, Petrópolis, Editora Vozes, 2011 apud VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales**: legados historiográficos de três gerações (1929-1989). Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html> >. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁹ SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**: capítulo para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001 apud FARIAS, Marcilene Nascimento de; FONSECA, André Dione; ROIZ, Diodo da Silva. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. Akrópolis, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

Um grande nome de destaque da Escola Metódica é o historiador Gabriel Monod. Conhecido por sua ortodoxia e apreço aos métodos científicos, este pesquisador criou, no início do século XX, a *Revue historique*. Tal revista permitia que os historiadores do período pudessem escrever sobre suas pesquisas, divulgando assim os princípios e metodologias científicas utilizados no estudo da história disseminados por esta vertente historiográfica.³⁰

Todo esse empenho de Monod por um método histórico pode ser explicado pelo momento historiográfico vivido na França, que se encontrava tomado por historiadores memorialistas autodidatas. Nas cidades a tarefa de mapear o passado estava confiada aos profissionais liberais, principalmente, advogados. Já nas zonas rurais, este papel caberia aos membros da nobreza e da Igreja. Esta situação acabava desencadeando uma ausência de formação para a pesquisa histórica que, conseqüentemente, criava uma heterogeneidade de normas para a pesquisa.³¹

Contudo, a partir da década de 20 do século XX, houve uma inversão nas concepções historiográficas tradicionais. Contestando a rígida metodologia de análise utilizada pelas escolas positivistas, bem como a supervalorização de um único setor da história – a história política –, um grupo de pesquisadores heterogêneo, liderado pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, criou a revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*.³² Com ela veio o nascimento da Escola dos *Annales*.

Dividida em três gerações, com características específicas, a Escola dos *Annales* propôs uma renovação na forma de fazer história. Assim, a primeira geração, coordenada por Febvre e Bloch, destinou-se a contestar a historiografia positivista ao propor as ideias de *história total* e de *história problema*.

A história total alterava a forma de compreensão da história, vista pelos *Annales* como algo além da análise política, da versão oficial emitida pelo Estado e da abrangência de grandes eventos e personalidades; referia-se a apreciação da história em amplas perspectivas interpretativas, em diálogo com as demais ciências humanas, abordando aspectos econômicos, sociais e culturais. Já a história problema, proposta por Febvre, questionava a fundamentação

³⁰ VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales**: legados historiográficos de três gerações (1929-1989). Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html> >. Acesso em: 12 ago. 2016.

³¹ FARIAS, Marilene Nascimento de; FONSECA, André Dionei; ROIZ, Diodo da Silva. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

³² No ano de 1939, a revista mudou seu nome para *Annales d'histoire sociale* e após a Segunda Guerra Mundial passou a se chamar *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*.

factual analítica da historiografia positivista e propunha a solução dos problemas levantados pelo pesquisador através de uma análise interpretativa.³³

A segunda geração dos *Annales*, de 1946 a 1968, foi dirigida pelo historiador Fernand Braudel. Neste contexto, seu maior empreendimento diz respeito à divisão do tempo histórico em três durações: curta, média e longa. Assim, a compreensão do tempo deslocava-se para as periodicidades focadas em algum desses períodos de duração, em detrimento dos curtos períodos históricos muito utilizados pela historiografia positivista que, por muitas vezes, se circunscreviam apenas ao curto momento em que uma personalidade política esteve no poder ou na análise de um fato pontual.³⁴

Por fim, a terceira geração

foi dirigida por vários pesquisadores, não apresentando assim uma marca pessoal, tal como nas anteriores fases. Uma de suas formas mais visíveis foi como história das mentalidades, que terá seduzido uma geração com seus acenos de profundezas: a 'reconstituição de comportamentos, expressões e silêncios que traduzem concepções do mundo e as sensibilidades coletivas, as representações de imagens (da natureza, da vida e das relações humanas, deus) mito e valores, todos parte de uma psicologia coletiva.³⁵

Outra questão importante da terceira geração dos *Annales* refere-se ao início do estudo da memória como um objeto de pesquisa histórica. Embora já estudada pelo sociólogo Maurice Halbwachs desde a década de 20, é a partir da década de 60 que a memória ganha a caracterização de objeto de estudo e passa a compor a categoria de suporte da história.

Inauguradas pela Escola dos *Annales*, todas essas premissas impactaram fortemente na historiografia, e a dita *Nova História* passou a exercer um papel hegemônico incontestado no modo de fazer história. Embora inovadora em seus amplos aspectos, valorizando os estudos sociais, econômicos e culturais, essa vertente historiográfica marginalizou o estudo da história política, colocando-o como um dos grandes males das escolas positivistas. “Era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às

³³ VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales: legados historiográficos de três gerações (1929-1989)**. Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

³⁴ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

³⁵ PORTO, Maria Emília Monteiro. **Cultura Histórica pós anos 70: entre dois paradigmas**. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. **Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20**, João Pessoa, editora universitária/UFPB, 2010. p.134 apud VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales: legados historiográficos de três gerações (1929-1989)**. Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016

custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo.”³⁶

Contudo, a partir da década de 50, um novo movimento historiográfico baseado no estudo da história política se formou. Influenciados pela “pressão externa e em função de uma reflexão crítica”, os historiadores políticos rediscutiram os “conceitos clássicos” e as “práticas tradicionais” a fim de promover uma renovação nesta área de estudo.³⁷

Essa mudança no eixo historiográfico da história política foi encabeçada pelo historiador René Rémond que, em parceria com pesquisadores da Fondation Nationale des Sciences Politiques e da Universidade de Paris X-Nanterre, escreveu o livro *Por uma História Política*.³⁸ Revendo os conceitos metodológicos construídos pelas escolas positivistas francesa e alemã e propondo uma renovação da historiografia no âmbito político, tais historiadores basearam-se, em muitos casos, em temas propostos pela então escola predominante do período – os *Annales* – para estabelecer seus novos paradigmas.

Se alguns princípios propostos pela *école des Annales*, como a longa duração e a quantificação, ainda são respeitados pelo conjunto dos autores como forma de legitimar os caminhos inovadores da história política, por outro lado são advogadas abordagens e propostas alheias às tradições dos *Annales*, como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa da história. Os caminhos percorridos pelos autores são diferentes, mas um ponto parece comum a todos – a referência a uma mesma noção, a do político como domínio privilegiado de articulação do todo social.³⁹

Neste íterim de renovação, o estudo da memória também passou a fazer parte da história política. Sobre este aspecto, diversos autores começaram a questionar as funções da memória na sociedade.

Dado que se apoya en la experiencia vivida, la memoria es eminentemente *subjetiva*. Ella queda anclada a los hechos a los que hemos asistido, de los que hemos sido testigos, incluso actores, y a las impresiones que ellos han grabado en nosotros. La memoria es cualitativa, singular, poco cuidadosa de las comparaciones, de la contextualización, de las generalizaciones; no tiene necesidad de pruebas para quien la transporta. La narración del pasado ofrecida por un testigo –mientras éste no sea un mentiroso consciente– será siempre *su* verdad, es decir, una parte del pasado depositado en él.⁴⁰

³⁶ RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.14.

³⁷ Ibid., p.26.

³⁸ Cf. RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³⁹ Ibid., p.07.

⁴⁰ TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.73.

Dentre estes autores, pode-se destacar Michael Pollak. Em duas grandes obras denominadas *Memória, esquecimento, silêncio*⁴¹ e *Memória e identidade social*,⁴² o autor tratou de novas concepções historiográficas abordadas na atualidade. Assim, partindo da seletividade apresentada pela memória, dado que “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”,⁴³ o autor concebe a memória como um fenômeno socialmente e individualmente construído e que, portanto, está sujeito a influências políticas.

Isso significa dizer que, mesmo sendo em parte herdada, a memória é vista pelo autor como um fenômeno que “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa,” e essas flutuações podem construir narrativas que não condizem com os acontecimentos do passado, mas refletem a imagem que o memorialista pretende construir para si mesmo e para os demais.⁴⁴ De acordo com Pollak, é nessa questão que memória e identidade se aproximam.⁴⁵

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.⁴⁶

Dada esta caracterização política da memória identificada, Pollak se dedica a trabalhar os conceitos que ele denomina de *trabalho de enquadramento da memória* e o *trabalho da própria memória em si*. Em linhas gerais, tais denominações buscam estabelecer um critério de análise “de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade” das memórias construídas. Assim, mesmo já associada de maneira parcial ao trabalho do historiador, tais conceitos se apresentam como uma forma de verificar a influência política na memória construída.⁴⁷

⁴¹ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989, p.03-15.

⁴² Id. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

⁴³ POLLAK, op.cit., p.04.

⁴⁴ Ibid., p.05.

⁴⁵ Ibid., p.05.

⁴⁶ Ibid., p.05.

⁴⁷ Ibid., p.07.

Outra questão muito bem exposta pelo autor, ainda referente à seletividade política característica da memória, diz respeito à relação desta com o silêncio e o esquecimento. Este debate é proposto por Pollak no mencionado artigo *Memória e identidade* e trata, principalmente, destas questões na relação entre memória, história oral e disputas memorialísticas, contribuindo de forma significativa para o entendimento destes temas na atualidade.

Assim, um dos primeiros assuntos trabalhados pelo autor se refere às disputas de memória, com o viés na temática das funções do não dito. Partindo de três exemplos aparentemente distintos, o autor formula possibilidades que levam as testemunhas a utilizarem o silêncio em sua rememoração, isto é, a tratarem de uma determinada temática de seu passado sem mencionar fatos ou acontecimentos específicos, por muitas vezes delegando-os ao eterno esquecimento. Para ele, lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são casos que intimidam os memorialistas a expressar seus fatos do passado; somando-se a isso, pode-se incluir a ausência de um ouvinte, interlocutor.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.⁴⁸

Para tal autor, essas memórias se distinguem da memória oficial apresentada pelo Estado, constituindo-se como memórias clandestinas, que, como tal, possuem extrema dificuldade de se expressarem dentro da sociedade e se colocarem como memória oficial. Para que isso aconteça, continua Pollak, é necessário um amplo trabalho de organização.

Por fim, o texto debate as questões traumáticas na rememoração. Assim, partindo de uma pesquisa com judeus que foram prisioneiros em campos de concentração nazista, o autor associa “a vontade de esquecer os traumatismos do passado freqüentemente [...] [como] resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores”.

Contudo, sabe-se que mesmo nos casos em que o silêncio é mantido com a finalidade de não rememorar um passado traumático e, com isso, se esquecer permanentemente do tema, a memória está sujeita a manipulações políticas. Assim, freqüentemente, o uso do silêncio e do esquecimento mostra-se com finalidades de construir

⁴⁸ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

um novo passado a partir de valores do presente e, conseqüentemente, estabelecer discurso favorável ao porvir.

Portanto, dentre os debates políticos atuais propostos por Pollak que cabem a nossos questionamentos, cabe ressaltar a memória como um fenômeno construtivo. Isso significa que, com a finalidade de reconstruir o passado, a memória utiliza-se de testemunhos e relatos memorialísticos para relembrar o que se passou, contudo essas narrativas não apresentam a necessidade de serem fiéis aos acontecimentos lembrados; apresentam os valores do contexto do presente em que são descritos. Ao rever o passado através das características do presente, a memória, que biologicamente não consegue guardar os detalhes dos fatos do passado, preenche suas lacunas com novas informações, e estas variam de acordo com os valores do período em que ela está sendo rememorada e do autor que a rememora.

No es sólo el tiempo lo que erosiona y debilita el recuerdo. La memoria es una construcción, está siempre “filtrada” por los conocimientos posteriormente adquiridos, por la reflexión que sigue al acontecimiento, o por otras experiencias que se superponen a la primera y modifican el recuerdo.⁴⁹

Por não se caracterizar como uma ciência, mas como um objeto de estudo da história, a memória tem a liberdade para construir, de acordo com a sua interpretação e seus interesses, os fatos que rememora. Dessa forma, não se surpreende com a utilização frequente da memória como objeto de manipulação política.

1.2. A memória social, a memória coletiva e a memória individual

Tal como a noção de cultura, os conceitos de memória e identidade são fundamentais para qualquer um que tenha algum interesse no campo das Ciências Humanas e Sociais.⁵⁰

Em seu artigo intitulado *Memória individual, memória coletiva, memória social*,⁵¹ a doutora em psicologia clínica e professora do departamento de Memória Social da UNIRIO, Jô Gondar, inicia o debate sobre essas três caracterizações memorialísticas de forma clara e

⁴⁹ TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.73.

⁵⁰ CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.09.

⁵¹ Cf. GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

concisa: “a memória comporta diversos sentidos, conforme a disciplina ou o pensador que dela se ocupe”, e, devido a essa polissemia, “a própria distinção entre memória individual, coletiva e social se torna um problema”.⁵²

Embora estas definições sejam problemáticas em amplos aspectos, a maior dificuldade na análise desta temática mostra-se na separação e distinção entre memória social e memória coletiva. Dessa forma, enquanto para alguns pesquisadores as memórias social e coletiva podem se apresentar com caracterizações diversas, para outros elas convergem numa mesma questão. Assim,

um paleontólogo como Leroi-Gourhan, para quem a memória consiste numa base sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos - sejam estes de animais, homens ou máquinas - reservará o termo memória coletiva para as sociedades humanas, aplicando-o indistintamente a qualquer uma delas. Já um historiador como Jacques Le Goff preferirá reservar a designação de memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita já tenha se instalado. Nesse caso, a possibilidade de construir uma história permitiria distinguir memória coletiva e social: esta última teria como testemunhas os documentos escritos, inexistentes entre os povos de cultura exclusivamente oral.⁵³

No âmbito da História este debate se concentra num ponto crucial: a diferenciação entre a memória das sociedades que desenvolveram a escrita e aquelas que não a desenvolveram.

Para os pesquisadores que se utilizam desta distinção, como é o caso do historiador Jacques Le Goff, as sociedades sem escrita são caracterizadas por produzirem uma memória coletiva, haja vista que sua memória vincula-se a tradições orais, míticas e suscetíveis a manipulações. Já as sociedades que apresentam a forma de documentação escrita, através de um processo de “marcação, memorização e registro”, são adjetivadas como produtoras de uma memória social.⁵⁴

Todavia, nem todos os pesquisadores da memória se utilizam deste pressuposto para classificar a memória referente a um grupo social.

⁵² GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Difel, s.d., p.135. apud GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

É sob uma forma diversa que um historiador como Roger Chartier colocará em dúvida o tradicional contraste entre sociedades orais e escritas, fundamento da distinção entre memória social e memória coletiva. Uma tal divisão, escreve Chartier, levou a compartimentar as abordagens desses dois modos de transmissão, culminando na separação entre a antropologia histórica – que privilegia os sistemas de gestos e os dispositivos rituais – e a história cultural mais clássica, dedicada à escrita. Além disso, esta oposição não seria capaz de dar conta das situações entre os séculos XVI e XVIII, período no qual a memória oral convive e imbrica-se com a memória escrita, promovendo práticas múltiplas, onde ora o texto retorna à oralidade, ora a escrita se articula ao gesto.⁵⁵

No ramo da antropologia e da sociologia este debate se dá sob outra perspectiva e se estende a uma pluralidade de vertentes, iniciando-se na década de 1970 e se aprimorando ao longo dos anos. Dentre elas, a mais utilizada enfoca na caracterização política apresentada pela memória, bem como suas variáveis, que permitem a manipulação do discurso relacionado ao passado.

Esta abordagem teórica ao estudo da memória assume que as imagens do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas por sectores dominantes da sociedade para servir as suas próprias necessidades no presente. Esta perspectiva procura, assim, especialmente analisar *quem* controla ou impõe o conteúdo da memória social e *de que forma* esta memória socialmente imposta serve os propósitos actuais dos poderes instituídos.⁵⁶

“Constituída pela integração de diferentes passados num passado comum aos membros de uma coletividade, referindo-se àqueles elementos de recordação individual que são comumente partilhados pelo grupo, fornecendo as bases para a construção de uma significação coletiva,” este ramo da memória permite o questionamento de invenção de tradições e discursos com finalidade política.⁵⁷

Portanto, baseando-se nas ideias acima mencionadas, compreende-se que a memória coletiva e a memória social possuem uma linha tênue que conduzem a um ideal comum: a rememoração dos acontecimentos referentes a um determinado grupo social. Sob esta perspectiva, optou-se por utilizar neste trabalho o conceito de memória social que independe da escrita para identificar-se, mas utiliza-se de fatos relacionados a grupos sociais do passado e rememorados de acordo com os valores políticos do presente para se caracterizar.

⁵⁵ GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

⁵⁶ PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivo da Memória**. n.2, 2007.

⁵⁷ Ibid.

Finalizada a análise da primeira diferenciação entre memória social e memória coletiva, passa-se então a estudar a relação entre estas e a memória individual. Para isso, utilizou-se nesta pesquisa duas obras que são expoentes na análise desta relação: *A memória coletiva*,⁵⁸ do sociólogo Maurice Halbwachs e *Memória e Identidade*,⁵⁹ do antropólogo Joël Candau. A contraposição de autores que possuem ideias tão distintas com relação à memória individual e a memória coletiva tem o intuito de apresentar algumas das facetas interpretativas que a polissêmica memória pode proporcionar, bem como elencar alguns dos aspectos utilizados ao longo desta pesquisa.

Publicada no ano de 1950, a obra póstuma de Halbwachs, *A memória coletiva*, apresenta-se com uma caracterização ímpar: a abordagem da questão memorialística a partir de um ponto de vista coletivo. Sendo o primeiro autor a trabalhar com o termo *memória coletiva* e “a pensar em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, dominante nas pesquisas até então”,⁶⁰ Halbwachs apresenta o inovador estudo da memória para além das compreensões que atêm a lembrança a um único ator.⁶¹

Seu principal posicionamento consiste em uma análise da memória como fruto do contexto em que o indivíduo está inserido; dos grupos sociais com os quais ele convive e interage e é neste quesito que a obra de Halbwachs apresenta sua questão de destaque: a inter-relação entre a memória coletiva e a memória individual.

Esse ponto aparece, de acordo com a historiadora Juliana Carvalhal, a partir de uma série de construções elaboradas pelo autor que convergem na ideia de que “a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo [social]. [Com isso,] a origem de várias idéias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo,”⁶² ou por vários grupos sociais.

Essa afirmação torna-se evidente a partir de um exemplo clássico presente na obra de Halbwachs. Ao expor o caso de um indivíduo que vai a Londres a passeio e enquanto caminha e observa a cidade se recorda de momentos vivenciados, de pessoas com quem conversou e de

⁵⁸ Cf. HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

⁵⁹ Cf. CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

⁶⁰ CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva.

Revista Espaço Acadêmico, v.09, n.108, p.153-161. 2010. Disponível em:

< <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678>>. Acesso em: 14 set. 2016.

⁶¹ LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. **Linguagem**, São Paulo, v.18, p.1-8, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao18/artigos/045.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

⁶² CARVALHAL, Juliana. Maurice Halbwachs e a questão da memória. **Revista Espaço Acadêmico**, v.06, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>>. Acesso em: 28 jul 2014.

obras que leu, o sociólogo demonstra que mesmo sozinho o indivíduo tem suas memórias relacionada ao coletivo; aos diversos grupos sociais a que este sujeito pertence.

Contudo, o autor deixa evidente que mesmo a memória individual sendo construída no interior de um grupo, ou seja, pertencente à memória coletiva, ela

não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.⁶³

A memória do indivíduo é, portanto, apresentada por Halbwachs como um conjunto de memórias “dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho” para se constituir.⁶⁴

Tendo em vista que o sociólogo mencionado concebe a memória individual relacionada às lembranças provenientes dos grupos em que o indivíduo participa, há a necessidade de se ressaltar como esta lembrança é identificada pelo autor. Portanto, de acordo com Halbwachs, “para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que os permitam continuar fazendo parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações”.⁶⁵ Assim, diz o autor,

os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos. Ora, é do ponto de vista deles que considero o passado. É preciso, então, que a medida em que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estreitamente em sua memória, minhas lembranças se renovem e se completem.⁶⁶

Mantendo-se vinculados de alguma maneira, os integrantes de um mesmo grupo social podem relembrar o passado e construir uma lembrança sobre os momentos que juntos vivenciaram. Contudo, há que se dizer que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já

⁶³ LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. **Linguasagem**, São Paulo, v.18, p.1-8, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p.74-5.

bem alterada”;⁶⁷ com isso, por depender dos testemunhos de indivíduos envolvidos “as lembranças podem ser simuladas quando ao entrar em contato com as lembranças de outros sobre pontos comuns em nossas vidas”,⁶⁸ criando assim um passado que esteja de acordo com acontecimentos do presente.

Diferentemente de Halbwachs, que entende a memória individual como produto dos grupos sociais a qual um indivíduo pertence, sendo, portanto, coletiva, o antropólogo Joël Candau buscou definir a memória a partir de seu aspecto individual, relacionando-o com a identidade. Assim, partindo da leitura de Comte, o autor elabora um

[...] enfoque antropológico sobre o tema, no qual identidade e memória são abordadas em uma perspectiva social e cultural com destaque para as interrelações entre o individual e o coletivo no compartilhamento de práticas, crenças, representações e lembranças.⁶⁹

Em sua obra *Memória e Identidade*,⁷⁰ o antropólogo baseia-se no fato de que as noções de *identidade* e *memória* são interpretadas nas ciências humanas como representações, sendo que a primeira noção é tida como um estado que não pode ser aplicado ao indivíduo e nem ao corpo social e a segunda é vista como uma faculdade.⁷¹

A fim de que se possa entender o significado social da memória, deve-se ter em mente que esta se configura através da relação entre o indivíduo e a sociedade, com destaque para o primeiro. Assim, ao longo da obra, o autor se dedica a relacionar os dois conceitos, uma vez que a

[...] memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.⁷²

Ao tratar da memória, Candau faz uma diferenciação fundamental, separando o que denominou de memórias fortes e fracas e elaborando para fins analíticos três conceitos

⁶⁷ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p.75.

⁶⁸ CARVALHAL, Juliana. Maurice Halbwachs e a questão da memória. **Revista Espaço Acadêmico**, v.06, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>>. Acesso em: 28 jul 2014.

⁶⁹ SILVA, W. Reseña de "Memoria e Identidad" de CANDAU, Joel. *História* (São Paulo), vol. 29, núm. 1, 2010, pp. 442-446. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221018489024>>. Acesso em: 27 jul 2014, p.443.

⁷⁰ Cf. CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

⁷¹ *Ibid.*, p.21.

⁷² *Ibid.*, p.19.

explicativos sobre estas diferentes categorias em que a memória se organiza: a protomemória, a memória e a metamemória.

A protomemória é também chamada de memória de baixo nível e se refere aos fatos cotidianos, como a linguagem e os gestos; constitui-se de uma memória quase imperceptível, pois está relacionada a acontecimentos dos quais nós não voltamos nossa atenção, apenas realizamos automaticamente. Esta categoria memorialística é de suma importância uma vez que se constitui como algo natural, sem reflexão, dado que grande parte de sua constituição se baseia na repetição e em atividades comuns; estabelece-se como o *habitus*, como aprendizagens de sentido mais prático e corriqueiro.

Já a segunda categoria organizativa expressa por Candau é a denominada memória, que é a considerada memória de alto nível. Esta faz referência às lembranças autobiográficas e as recordações voluntárias do indivíduo, abarcando tanto as finalidades enciclopédicas da memória – aquelas responsáveis pela utilização de saberes, crenças e afins –, quanto o esquecimento seletivo de determinado assunto, evento ou problemática.

E, por fim, a metamemória é a categoria de memória que se refere tanto “a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela”.⁷³ Esta é a categoria responsável pela construção da identidade do indivíduo.

Por estabelecer o elo entre a memória e a identidade individual, propondo que cada indivíduo possui suas próprias lembranças e que estas, por sua vez, são responsáveis pela construção da identidade do indivíduo, Candau se opõe aos estudos de Maurice Halbwachs, haja vista que este pensa na memória como uma identidade relacionada a um grupo social. Assim,

[...] cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas [...]. Entretanto, no momento em que passamos para o nível de grupos ou sociedades, o estatuto desses termos muda ou fica totalmente invalidado. [...] nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo.⁷⁴

⁷³ SILVA, W. Reseña de "Memoria e Identidad" de CANDAU, Joel. História (São Paulo), vol. 29, núm. 1, 2010, pp. 442-446. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221018489024>>. Acesso em: 27 jul 2014, p.443.

⁷⁴ CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.24.

Desta maneira, do ponto de vista de Candau, caso um indivíduo perca a sua memória, o mesmo perde também a sua identidade; por conseguinte, se por ventura ocorrerem eventos traumáticos na vida de um indivíduo estes ficarão marcados nas suas lembranças e podem causar uma fissura em sua identidade individual.

No que se refere à memória coletiva, diz Candau:

Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar e caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão. Por consequência, em nível de grupos, apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida. É essa eventualidade que aparece subjacente na expressão “memória coletiva”. Porém, é impossível admitir que essa expressão designe uma *faculdade*, pois a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual.⁷⁵

Portanto, seu pensamento desloca o eixo analítico dos estudos da memória para um enfoque na memória individual, uma vez que é no indivíduo e não na sociedade que a memória se cria. Pode-se perceber que o autor se dedica a questionar a pertinência do uso do conceito de *memória coletiva*, haja vista que, para ele, o conceito de identidade não pode se referir a um grupo, pelo motivo explanado acima.

Continuando nestes termos, ao analisar *A memória coletiva* de Maurice Halbwachs, Candau afirma que o parecer do sociólogo hesita

[...] entre uma concepção positivista da memória segundo a qual [...] “tudo o que não é fisiológico é sociológico” e um individualismo mínimo que “consiste em descrever o indivíduo como sendo exclusivamente a sede ou o ponto de passagem de forças ou ideias coletivas”, Maurice Halbwachs se equivocou em ver nas memórias individuais os “fragmentos” da memória coletiva, conferindo a essa substância com a qual tende a despojar as primeiras.⁷⁶

De forma concisa, o embate entre os autores acontece aqui com o intuito de se estabelecer onde figuram as regras que estabelecem os critérios para elaborar as memórias de um determinado grupo, ponto chave para pensarmos as rupturas e permanências da elaboração das memórias de um grupo sobre certos acontecimentos. Assim, a problemática identificada no texto de Candau aparece ao atribuir ao indivíduo o epicentro da produção das memórias, relegando quase ao acaso a união das memórias.

⁷⁵ CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.24.

⁷⁶ Ibid., p.48-9.

No que se refere a esta pesquisa, optou-se por utilizar a categorização de memória inicialmente estabelecida por Halbwachs, relacionando às memórias individuais às produções sociais estabelecidas dentro de um determinado grupo e, de forma, mais contemporânea, os parâmetros acerca das finalidades políticas no uso da memória, silêncio e esquecimento, elencadas por Pollak.

Com estas teorias bem definidas, podem-se compreender no contexto da pesquisa as finalidades políticas a que os relatos autobiográficos dos ex-combatentes da luta armada foram publicados, relacionando-os de forma coerente ao grupo social referente à extrema esquerda atuante.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2. CONSTRUINDO UMA MEMÓRIA

A construção de memórias sociais relacionadas a períodos ditatoriais faz parte do doloroso processo de digestão dos regimes de exceção, já finalizados ou em processo de finalização. Junto ao reconhecimento das violações cometidas pelo Estado e ao amparo às vítimas dos abusos de poder, essa construção participa da consolidação da democracia, para que o autoritarismo praticado pelos agentes do Estado, e eventualmente apoiado pela sociedade civil, não se repita.

Tais memórias são elaboradas, geralmente, no período específico de redemocratização e apresentam os valores deste contexto, manipulando a História aos interesses de quem a escreve. Como esses interesses são diversos e estão relacionados à interpretação que os setores envolvidos tiveram sobre o período de exceção, há diferentes escritas memorialísticas a respeito do mesmo tema, nas quais cada uma delas busca favorecer ou defender o grupo ao qual pertence ou se identifica, gerando uma guerra de memórias.

No que diz respeito ao Brasil, pode-se identificar três vertentes memorialísticas de destaque que disputaram a guerra de memórias ao revisitar o período em que vigorou a ditadura civil-militar: a memória elaborada pelos militares, a memória dos ex-guerrilheiros que valorizavam a resistência heroica e a memória dos ex-guerrilheiros que se dedicaram a fazer a autocrítica da luta armada.⁷⁷

Dentre estes três vieses memorialísticos que disputaram o imaginário coletivo, o último ganhou evidência e se consolidou, ficando marcado para a posteridade.⁷⁸ Isso ocorreu, pois ele se adequou ao momento histórico vivido no Brasil, a redemocratização, e dialogou com os interesses da sociedade civil na ocasião. Esses interesses estavam relacionados à tentativa de desvinculação ao apoio, a participação e/ou a omissão aos crimes cometidos pela ditadura e a construção de uma imagem que a aproximava dos ideais de resistência e democracia.

Contudo, não se pode dizer que os ex-guerrilheiros foram passivos em sua própria memória, pelo contrário. Utilizando-se do papel político fornecido pela memória, os ex-combatentes da esquerda armada empregaram o silêncio e o esquecimento na seleção de conteúdos componentes de seus relatos memorialísticos. Assim, além de dar coesão ao

⁷⁷ CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.27, p.179-196. 1994. Disponível em:

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16>. Acesso em: 14 set. 2013.

⁷⁸ Cabe ressaltar que embora uma versão tenha se destacado após vencer a guerra de memórias, não significa que ela comporá sempre a narrativa de destaque, haja vista que na disputa de memórias essas narrativas estão sempre em embate, sempre se sobrepondo uma a outra.

discurso de isenção social, os ex-combatentes da esquerda armada que optaram pelo viés de autocrítica da luta armada buscavam, através de seus relatos memorialísticos, apagar dos anais da História as ofensivas revolucionárias que visavam a instituição do socialismo como regime político no Brasil e construir uma memória social que, assim como a sociedade civil, os aproximava da resistência democrática.

Portanto, numa tentativa de conciliação e de isenção, a sociedade civil e os ex-combatentes da esquerda armada criaram a memória que vigora até os dias de hoje, a memória da resistência democrática.

2.1. A sociedade civil e a resistência democrática

Ao longo da história vários autores discorreram sobre a definição de sociedade civil. Em seu *Dicionário de Política*,⁷⁹ o filósofo político Norberto Bobbio fez uma síntese sobre as principais teorias encontradas a esse respeito. A primeira delas foi proposta pelos jusnaturalistas, como Thomas Hobbes, Immanuel Kant e John Locke que, de maneira geral, definiram a sociedade civil como uma oposição à sociedade natural e primitiva, e sinônimo de sociedade política ou Estado, considerando prioritariamente em suas análises as relações jurídicas.⁸⁰

Rompendo com esta teoria e propondo uma nova interpretação do conceito, o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel apresentou em sua obra *Princípios da Filosofia do Direito*⁸¹ a sociedade civil dissociada do sentido de sociedade política e vista como uma etapa intermediária entre a organização familiar e o Estado. Para ele, o “que falta à Sociedade civil para ser um Estado é a característica da organicidade”.⁸² Esta interpretação elaborada por Hegel, que adotou como critérios de análise as relações econômicas, políticas, jurídicas e administrativas, tornou-se a base para o desenvolvimento das teorias dos filósofos Karl Marx, Friedrich Engels e Antonio Gramsci.

De acordo com Bobbio, a sociedade civil sempre foi uma preocupação nas obras de Marx e Engels. Seu estudo aparece desde *A questão judaica* (1843), obra escrita por Marx em sua juventude, até o ensaio *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886), publicado por Engels nove anos antes de seu falecimento.

⁷⁹ Cf. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁸⁰ Ibid., p.1206-1211.

⁸¹ Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

⁸² BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit., p.1208.

Para estes autores existe a separação entre Estado e sociedade civil, sendo que “o Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, *o reino das relações econômicas*, é o elemento decisivo”.⁸³ Assim, “sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas” e, dessa forma, passa a ganhar o significado de sociedade burguesa.⁸⁴

E, se Marx e Engels elaboraram a definição de sociedade civil em torno do conceito de estrutura, já que para eles as relações sociais, políticas e jurídicas afirmavam suas bases nas relações materiais, Gramsci o faz em torno da superestrutura, tendo como alicerce “não mais ‘todo o conjunto das relações materiais’, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais ‘todo o conjunto da vida comercial e industrial’, mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual.”⁸⁵

Assim, o ideal de superestrutura é, então, para Gramsci, decomposto em duas partes: a da sociedade civil (conjunto de organismos privados) e a da sociedade política ou Estado (conjunto de organismos públicos), onde ambas as partes mantêm uma relação de interdependência e interação, haja vista que é a classe dominante, após a luta pela hegemonia política e cultural, a responsável pelo aparelho do Estado.⁸⁶

Embora a literatura sobre a definição de sociedade civil seja abrangente, a que vigora na atualidade é uma versão genérica da concepção marxista, nas palavras do próprio Bobbio. Dessa forma, a sociedade civil é vista como a “esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.”⁸⁷ Ela “é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os.”⁸⁸

Contudo, alguns estudiosos do tema, como é o caso do historiador polonês Moshe Lewin, discordam dessa interpretação conceitual, pois ela mantém uma rígida separação entre sociedade civil e Estado. Assim, para este autor,

⁸³ ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e il punto d’approdo della filosofia classica tedesca. Editori Riuniti: Roma, 1969, p.68 apud BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.30-31.

⁸⁴ BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.31.

⁸⁵ Ibid., p.33.

⁸⁶ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 apud BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.32.

⁸⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.1210.

⁸⁸ Ibid., p.1210.

a habitual antítese ‘Estado’ versus ‘sociedade’ é talvez inadequada quando se deseja estudar a relação entre as coisas. Caso se aceite a hipótese de os Estados, mesmo arbitrários, serem parte de um todo mais amplo e que o fato de permanecerem arbitrários produzirá resultados catastróficos, é preciso elaborar um conceito de Estado que dê margem ao estabelecimento de conexões entre a área política e as demais áreas da vida social.⁸⁹

No âmbito da historiografia, este debate já foi escopo de muitas análises e pesquisas. Em publicações recentes, pesquisadores que trabalham com os períodos autoritários e ditatoriais da História têm discutido a inter-relação entre Estado e sociedade civil, visando compreender a participação social nos regimes de exceção.

Essa nova proposta interpretativa critica as análises que estabelecem “oposições *vítima e algoz, opressor e oprimido*, [e que vem] buscando resposta na repressão, na *manipulação*, no desconhecimento (*nós não sabíamos*)”,⁹⁰ pois elas apresentam uma versão simplificada da História e muitas vezes a confundem com construções memorialísticas, favorecendo determinados setores sociais.⁹¹

Os regimes autoritários e as ditaduras não são mais compreendidos a partir da manipulação, da infantilização e da vitimização das *massas*, incapazes de fazer escolhas; nem exclusivamente em função da repressão, do medo, da ausência de ação ou pressão popular; tampouco como regimes fechados. Ao contrário, buscaram [os trabalhos publicados] entender como se constroem consensos e consentimentos, como se estabelecem as relações entre Estado e sociedade. Nessa perspectiva, acredita-se que, uma vez gestadas no interior das sociedades, as ditaduras não lhes são estranhas.⁹²

A maior contribuição historiográfica desse revisionismo é justamente o de desmitificar a concepção de que a sociedade civil seria apenas um agente passivo no processo histórico, ponto de vista que favorece a leitura de uma sociedade inocente, vítima de um

⁸⁹ LEWIN, Moshe. O fenômeno Gorbachev. Uma interpretação histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 apud QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.05.

⁹⁰ QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11.

⁹¹ Para mais informações sobre esta discussão conferir QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 1, 2, e 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 e QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁹² QUADRAT; ROLLEMBERG, op. cit., p. 27-28.

Estado usurpado por um pequeno grupo que se sobrepôs, em especial, através do monopólio coercitivo da força e da “manipulação dos meios de comunicação, da censura etc”.⁹³

De acordo com o historiador Bruno Groppo, o mito da sociedade civil como vítima do Estado não é algo exclusivo de uma ou outra sociedade, mas está presente em grande parte das sociedades recém-saídas de ditaduras. Isso acontece, pois há uma grande dificuldade inicial das sociedades em lidarem com um tema tão doloroso e recente. Por isso, elas optam “pelo silêncio, pelo recalque, pela negação da realidade, pela recusa a se lembrar” e dedicam-se a elaborar ou apoiar narrativas que as isentem de um passado de colaboração e aceitação.⁹⁴ Para ele,

entre os mitos nos quais uma sociedade tende a se refugiar no dia seguinte a uma ditadura, aquele da vítima inocente é um dos mais comuns. Ele consiste em apresentar a sociedade como um todo exclusivamente como uma vítima impotente de eventos e de forças sobre os quais ela não tinha nenhum controle e, portanto, pelos quais ela não tem nenhuma responsabilidade. Em vez de se questionar sobre a parte da responsabilidade dos diferentes segmentos e setores da sociedade, constrói uma memória coletiva muito simplificada, mais ou menos distante da realidade histórica, e que termina por essa via por transmitir uma imagem deformada do passado. O mito da sociedade inocente responde a necessidades tanto psicológicas quanto políticas e é um elemento constitutivo fundamental das políticas da memória ou do esquecimento empregadas após uma ditadura para fazer aceitar certa interpretação do passado.⁹⁵

Embora o mito da sociedade civil enquanto vítima do Estado seja protagonista nos relatos memorialísticos que buscam a isenção dos setores sociais que participaram ou consentiram com os regimes de exceção, ele não está sozinho no que tange à formulação da imagem vitimadora construída pela sociedade civil. Esse mito aparece, em muitos casos, acompanhado de outro importante mito que reforça esta ideia: o da sociedade resistente. Segundo Groppo, neste,

o passado recente é então interpretado como se a ditadura tivesse sido imposta e mantida no poder exclusivamente pela violência e pelo terror, e como se houvesse enfrentado constantemente a resistência, aberta ou subterrânea, da grande maioria, quando não do conjunto da sociedade. Essa visão da sociedade hostil desde o início à ditadura conduz a ignorar ou a subestimar a amplidão dos fenômenos de colaboração, de consentimento e

⁹³ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 81-91.

⁹⁴ GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedade pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.41-42.

⁹⁵ Ibid., p.42.

de adesão (voluntária ou oportunista), e apresenta o comportamento de minorias de dissidentes e de resistentes como se ele houvesse sido aquele da sociedade inteira. Os episódios de resistência são então retrospectivamente amplificados por narrativas de caráter épico-patriótico. Os resistentes teriam agido, *pars pro toto*, como os representantes de uma sociedade inteira, por uma espécie de delegação tácita que esta última lhes teria concedido. Essa narrativa, todavia, pressupõe que a sociedade pós-ditadura possa se reconhecer nesses resistentes e transformá-los em símbolos, o que nem sempre é o caso.⁹⁶

No Brasil, durante o primeiro momento de revisitação da ditadura, a sociedade civil formulou uma imagem de si baseada tanto no mito de que fora uma vítima inocente do Estado quanto no de que fazia parte de uma força resistente aos militares desde os primórdios do golpe de Estado de 1964.⁹⁷ No entanto, essa caracterização não condizia com a realidade histórica do período em que vigoraram os *anos de chumbo*⁹⁸ da ditadura civil-militar brasileira, mas projetava uma sociedade civil passiva em sua própria história, a fim de evitar que houvesse questionamentos sobre os setores civis que participaram ou consentiram com a existência de um regime de exceção.

A participação de amplos setores sociais, para além das camadas dominantes, no golpe e na ditadura civil-militar brasileira, foram fatores fundamentais para que ambos ocorressem com sucesso. A começar pelos “governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras [...] [que] foram deflagradores efetivos [do golpe e tiveram] papel ativo como estrategistas”.⁹⁹

Um exemplo disso pode ser visto a partir do suporte oferecido por importantes governadores da nação à deposição do presidente legítimo João Goulart, foram eles: “Carlos Lacerda, na Guanabara; Ademar de Barros, em São Paulo; Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul; e Mauro Borges, em Goiás”.¹⁰⁰ Esse suporte culminou na declaração de vacância da presidência da República feita pelo presidente do

⁹⁶ GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedade pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.42-43.

⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p.171-186. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v23n45/a08v2345.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁹⁸ Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho, o termo *anos de chumbo* faz parte de uma construção memorialística, cujo intuito era esquecer os benefícios de parte da sociedade civil durante os mais duros anos de repressão. Para ele, os que foram *anos de chumbo* para uns foram *anos de ouro* para outros. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerda e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁹⁹ FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.09.

¹⁰⁰ CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (org.). **Civis que colaboraram com a ditadura**. Relatório da CNV, v.2, texto 8, 2014, p.314. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2016.

Senado, Auro de Moura Andrade, enquanto o presidente João Goulart ainda encontrava-se em território brasileiro.

Entretanto tais parlamentares não estiveram sozinhos nesta empreitada; eles contavam fortemente com o apoio das ruas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade começaram a ser feitas no dia 19 de março de 1964, doze dias antes do golpe de Estado que depôs o presidente legitimamente eleito João Goulart e colocou no governo uma Junta Militar. Após a primeira marcha, realizada em São Paulo e com cerca de 500 mil pessoas presentes, esse movimento se alastrou pelo território brasileiro: foram ao todo mais de 69 Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em localidades das mais diversas, com destaque para a grande ocorrência no interior paulista, em cidades como Assis, Indaiatuba, Capivari e Santa Bárbara do Oeste e nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.¹⁰¹

Tais manifestações expressavam a insatisfação de uma parte expressiva da população brasileira com as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart e, pontualmente, com a declaração feita por ele no dia 13 de março de 1964, no Comício Central, ao criticar o movimento da Cruzada do Rosário, que havia impedido o discurso de Leonel Brizola, na cidade de Belo Horizonte.¹⁰² Nas palavras do presidente:

o cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados pelo santo padre, nem também, brasileiro, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria.¹⁰³

A interpretação de ofensa ao rosário causou a indignação de muitos católicos que, liderados pela irmã Ana de Lourdes, saíram às ruas em companhia de civis não atrelados à Igreja para pedir a saída de Jango e de seu plano de governo supostamente comunista. Este discurso de combate ao comunismo somado à ampla manifestação popular serviu de respaldo e legitimação do golpe de 1964. Assim, “conforme o general Mourão Filho dizia, ele, ‘como todos os homens que participaram da revolução, nada mais fez do que executar aquilo que as mulheres pregavam nas ruas contra o comunismo’”.¹⁰⁴

¹⁰¹ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBER, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 86.

¹⁰² FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.60.

¹⁰³ Ibid., p.60-61.

¹⁰⁴ Ibid., p.65-66.

Além deste movimento popular, outro setor social ganhou papel de destaque na participação do golpe de Estado empreendido no ano de 1964: o empresariado paulista. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade,

em São Paulo, os últimos arranjos para o golpe contaram com a participação de empresários do setor industrial, tanto estrangeiro quanto nacional e de portes variados. No dia 31 de março, prestaram algum tipo de colaboração ativa ao movimento as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasil S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, Good Year, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Pecenisiki (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do Brasil. Dessas, pelo menos a Cia. de Cigarros Souza Cruz, a Eucatex S/A Indústria e Comércio, a B.F. Goodrich e a Pirelli S/A mantinham laços diretos com o IPES.¹⁰⁵

Essa participação, identificada desde 1963, foi adjetivada por Quirino Grassi, engenheiro e donatário de uma das empresas participantes, como uma colaboração espontânea, que visava defender os ideais democráticos e cristãos. Por isso, “esse núcleo ‘articulou-se junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública’ e ‘iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964’.”¹⁰⁶

Além destes setores, várias instituições sociais saudaram o golpe de Estado e apoiaram ou se omitiram perante o regime civil-militar subsequente. Esse é o caso da

¹⁰⁵ CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (org.). **Civis que colaboraram com a ditadura**. Relatório da CNV, v.2, texto 8, 2014, p.321-322. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2016.

¹⁰⁶ Folha de S.Paulo, 1o /6/2014 apud CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (org.). **Civis que colaboraram com a ditadura**. Relatório da CNV, v.2, texto 8, 2014, p.322. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2016.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), para citar algumas.

A CNBB, autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, deixou evidente o seu apoio aos militares tanto no golpe quanto na ditadura. Em maio de 1964 publicou uma declaração assinada por 26 bispos com agradecimentos aos militares por “evitarem que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra”.¹⁰⁷ Na sequência, no mês de julho, emitiu a *Declaração da CNBB sobre a situação nacional*, onde dava o seu parecer sobre a política brasileira e deixava claro seu apoio ao golpe de Estado e aos militares. De acordo com o documento:

Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontrava as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.¹⁰⁸

Contudo o espectro do comunismo e a suposta ameaça à democracia não eram preocupação apenas da CNBB. Logo após o golpe de 1964, no dia 07 de abril, o Conselho Federal da OAB tratou deste tema em uma reunião interna do Conselho Pleno. Nela, Povina Cavalcanti, presidente da OAB federal, remeteu-se às decisões tomadas na reunião anterior do Conselho como fatos acertados. Segue um trecho da Ata 1.115:

(...) antecipando-nos à derrocada das forças subversivas, acionadas por dispositivos governamentais, que visaram, em disfarces, a destruição do primado da democracia e a implantação de um regime totalitário no qual submergiram todos os princípios da liberdade humana, tivemos a lucidez e o patriotismo de alertar, na memorável reunião extraordinária de 20 de março findo, os poderes constituídos da República para a defesa da ordem jurídica e da Constituição, tão seriamente ameaçadas.

¹⁰⁷ Declaração da CNBB ao golpe de 1964 apud GOMES, Paulo Cesar. A esquerda episcopal na mira dos órgãos de informações da ditadura militar brasileira. **Revista InComunidade**, Porto, v.31. 2015. Disponível em: <http://www.incomunidade.com/v31/art_bl.php?art=3>. Acesso em: 15 jun. 2016.

¹⁰⁸ LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil. Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.147-149 apud ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1985). In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.103-104.

(...) Sem sairmos da órbita constitucional, podemos hoje, erradicar o mal das conjunturas comuno-sindicalistas e proclamar que a sobrevivência da Nação Brasileira se processou sob a égide intocável do Estado do Direito. Que a Providência Divina inspire os homens responsáveis desta terra e lhes ilumine a consciência jurídica, pois que sem o direito, como pregou Rui Barbosa, não há salvação.¹⁰⁹

Ambas as instituições mantiveram o seu apoio durante parte da ditadura. A primeira a recuar foi a OAB, que começou a rever o seu posicionamento em meados de 1964, quando decretado o AI-1,¹¹⁰ ato que impedia o exercício da profissão de advogados que tiveram seus direitos políticos suspensos. Já a CNBB manteve o apoio aos militares até a publicação do AI-5,¹¹¹ quando membros do clero passaram a ser duramente perseguidos pelos aparatos do Estado.

De forma distinta, mas não menos responsável, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também fez parte das instituições sociais que apoiaram a ditadura.¹¹² A principal diferença entre esta e as outras duas consistiu no silenciamento inicial, ou seja, na ausência de um apoio formal ao golpe de Estado, feito por meio de declarações e notas oficiais. No entanto, no decorrer da ditadura, a instituição manteve “relações com os governos militares, os celebrava em homenagens, banquetes etc. e identificava-se com valores e princípios que os definiam”.¹¹³

Estes não foram os únicos setores que apoiaram ou silenciaram perante a o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar.¹¹⁴ Mas, sem dúvida alguma, foram esferas importantes de

¹⁰⁹ Ata da 1.115ª sessão de instalação da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da OAB (Conselho Pleno), em 7 de abril de 1964, na sede, na Av. Marechal Câmara, 210, 6º andar – Casa do Advogado – Estado da Guanabara apud LUIZ, Edson Medeiros Branco. A atuação política da Ordem dos Advogados do Brasil durante o regime militar. Disponível em:

<<http://www.geocities.ws/politicausp/cultesoc/estado/Edson.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹¹⁰ BRASIL. Ato Institucional Número 1, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 09 e 11 abril 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

¹¹¹ BRASIL. Ato Institucional Número 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 13 dezembro 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 21 set. 2015.

¹¹² Cf. ROLLEMBERG, Denise. As *trincheiras* da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1985). In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.97-144.

¹¹³ Ibid., p.132.

¹¹⁴ Para mais informações sobre a participação da sociedade civil na ditadura, cf. CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (org.). **Cíveis que colaboraram com a ditadura**. Relatório da CNV, v.2, texto 8, 2014, p.321-322. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2016.

legitimação dos militares no poder. Mais importante do que elencá-los todos aqui, é ressaltar que houve convivência de variados setores da sociedade com o regime, e não uma imposição como defende o mito da vitimização civil ao golpe.

No entanto, mesmo com a participação de importantes setores sociais na implantação do golpe de Estado de 1964 e no regime ditatorial que o seguiu, a sociedade civil construiu uma imagem vitimadora de si, baseada nos mitos de resistência aos militares e de desconhecimento de práticas abusivas. Tal formulação, projetada no contexto de redemocratização do Brasil, refletia os ideais de democracia em sua formação. Assim, colocava-se à margem todo e qualquer resquício vinculado ao autoritarismo vigente durante a ditadura civil-militar e construía-se um discurso vinculado aos valores democráticos.

O intuito de se projetar um discurso atrelado aos ideais de democracia e resistência estava principalmente relacionado à promoção da isenção das responsabilidades nos atos cometidos pelos militares durante o regime de exceção. Embora tendo importantes setores apoiadores do golpe e da ditadura, a sociedade civil tentava criar uma memória que a desvencilhasse dos crimes, torturas e desaparecimentos de corpos que participara através do apoio ou do silêncio, e objetivava construir uma memória baseada na luta constante e intensa em busca do retorno à democracia. Era uma forma de revisitar o passado através do discurso atestado de valores do presente democrático e projetar um futuro de impunidades.¹¹⁵

Vale ressaltar que a memória elaborada pela sociedade civil aqui referida não trata sobre um bloco homogêneo, onde todos os setores podem ser englobados sem distinção. A referência aqui feita é relativa à vencedora do debate memorialístico; a que se sobrepôs às demais memórias sociais existentes. “Aquela [memória] que acaba sendo a dominante no espaço público nunca é a memória de toda a sociedade, mas aquela de um setor majoritário”.¹¹⁶

Dessa forma, no caso do Brasil, a imagem que se consolidou como memória coletiva no período de redemocratização foi a dos setores que queriam esquecer o apoio e a omissão ao regime autoritário.

Sobre o período [da ditadura], de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os

¹¹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

¹¹⁶ GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.44.

chamados *anos de chumbo*. De outro, a nova república, livre, regida pela lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática.¹¹⁷

Assim, no momento de revisitação da ditadura, a elaboração de uma narrativa de resistência democrática dentro da própria sociedade civil, baseada nos mitos da sociedade vítima e da sociedade resistente, foi essencial na isenção dos setores que participaram ou consentiram com a existência de um violento regime de exceção. Contudo, essa não foi a sua única serventia. Esse discurso forneceu também as bases para a atribuição desta mesma designação ao próprio movimento de guerrilha, colaborando portanto com a construção da memória social deste grupo, conforme será trabalhado no tópico seguinte.

2.2. A esquerda armada e a resistência democrática

O primeiro relato memorialístico de um ex-combatente da esquerda armada foi publicado no ano de 1977, pela editora paulista Alfa-Omega. A autobiografia intitulada *Em câmera lenta: romance*, de Renato Tapajós,¹¹⁸ preocupava-se em denunciar os abusos cometidos pelos militares – torturas, desaparecimentos e assassinatos – ao longo do período em que estes ocupavam o poder, numa tentativa de testar os limites da abertura política proposta pelo presidente Ernesto Geisel. No entanto, logo após ser publicada, a obra foi proibida e o autor preso, demonstrando que o autoritarismo ainda encontrava-se vigente mesmo durante o período de distensão.¹¹⁹

Por isso, foi somente a partir do ano de 1979, com a cessação do Ato Institucional n.5 em 1º de janeiro e com a publicação da Lei de Anistia em 28 de agosto, que os relatos de cunho memorialístico de autocrítica da luta armada, cuja abordagem central valorizava a crítica à ditadura e os erros da guerrilha, ganharam força. Ao limitar as perseguições empreendidas pelo Estado de forma constitucional e perdoar os militantes que “cometeram crimes políticos ou conexos com estes”,¹²⁰ essas legislações permitiram que os exilados

¹¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerda e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

¹¹⁸ Cf. TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta: romance*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

¹¹⁹ MARTINS Filho, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 28, dez. 2002, p. 04. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

¹²⁰ BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 28 agosto 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Acesso em: 20 set. 2013.

políticos pudessem retornar à sua pátria e publicar os seus relatos sobre a ditadura com menos insegurança e censura.¹²¹

Contudo, essa versão memorialística não foi a única a rememorar os acontecimentos do passado recente. Outros setores envolvidos na ditadura também fizeram questão de pontuar sua interpretação e releitura do período em que vigorou o ápice do regime autoritário. Dessa forma, diversas explicações sobre o golpe de 1964 e o regime de exceção que o seguiu emergiram na forma de relatos de cunho memorialístico. “Nos seus mais variados matizes, esta produção memorialística remete – na forma de dossiês, diários, entrevistas, confissões, biografias, autobiografias, romance político, etc. – aos múltiplos acontecimentos da época, tecendo diferentes leituras (e releituras)” sobre o passado.¹²²

Entre fins da década de 70 e 80, pode-se destacar o aparecimento de três vertentes memorialísticas que disputaram o lugar de destaque no imaginário social a partir da releitura que apresentaram sobre o período em que ocorreu o auge da ditadura civil-militar. A primeira delas é a memória dos militares, a qual reforça a ideia do golpe de 1964 como uma revolução e justifica a prática da tortura pelo combate aos “terroristas”, isto é, aos guerrilheiros que optaram pela “Guerra Revolucionária”. Essa memória tem como expoente o livro *Rompendo o Silêncio*,¹²³ publicado no ano de 1987 pelo comandante do II Exército do DOI-Codi de São Paulo, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Uma segunda memória em disputa no período é a dos ex-guerrilheiros que valorizavam a resistência heroica, ou seja, que se referiam aos combatentes da luta armada como doadores de suas vidas em prol da luta contra os opressores e a favor da causa dos oprimidos. A obra destaque desse viés memorialístico é *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*,¹²⁴ publicada no ano de 1987, por Frei Betto.

E, por fim, a última memória que floresce no período de redemocratização do Brasil é a dos ex-combatentes que fizeram a autocrítica da luta armada e buscavam, através de seus

¹²⁰ BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 17 outubro 1978. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm >. Acesso em: 22 set. 2015.

¹²¹ De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, a partir dos dados levantados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), 203 exilados políticos retornaram ao Brasil no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1979. Contudo, de acordo com a autora, muitos outros refugiados tenham retornado sem estabelecer registro. Cf. ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 278-281.

¹²² CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.27, p.179-196. 1994. Disponível em:

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16>. Acesso em: 14 ago. 2016.

¹²³ Cf. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Rio de Janeiro: Editerra, 2003.

¹²⁴ Cf. BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1987.

relatos biográficos e autobiográficos, denunciar os abusos cometidos pela ditadura, dentre outras questões. Esta memória tem como sua obra de destaque o livro *O que é isso, companheiro?*,¹²⁵ publicado no ano de 1979, pelo ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Fernando Gabeira.¹²⁶

Vale ressaltar que a produção memorialística não é uma reprodução fiel do passado; tampouco se baseia em fatos ou argumentos científicos para se expressar. É uma livre interpretação sobre os acontecimentos ocorridos e está intimamente relacionada à visão pessoal do autor que a produz, respondendo a questionamentos individuais ou do grupo ao qual o memorialista pertence, e atendendo, dessa forma, aos interesses do(s) mesmo(s).

Como esses interesses são diversos, diferentes produções memorialísticas foram elaboradas acerca da mesma temática - no caso, sobre o regime de exceção - com o intuito de disputar o espaço público e produzir uma versão que predomine diante das demais e que influencie ou até mesmo tome o lugar da versão apresentada pela História. Com o embate gerado por essas diferentes vertentes memorialísticas, tem-se a disputa política denominada *guerra de memórias*.¹²⁷

Dentre as três vertentes memorialísticas em disputa no período, a que advogava por uma autocrítica da luta armada foi a vencedora desta disputa política e se consolidou no tempo da escrita, pois seu discurso se aproximava dos interesses da sociedade civil na ocasião do processo de redemocratização ao propagar a isenção dos setores sociais na participação ou apoio ao regime de exceção, ao atribuir a execução da ditadura única e exclusivamente aos militares e ao se colocar como uma frente de resistência e combate ao regime autoritário e em busca pelo retorno da democracia.¹²⁸

A própria elaboração desse viés memorialístico vinculado à autocrítica da guerrilha é resultado da aproximação entre os ex-integrantes da esquerda armada e a sociedade civil. Expressa em vários momentos ao longo do processo de abertura política do regime, como no movimento pela anistia, iniciado em 1975, e na campanha pelas *Diretas Já*, estreada no ano de 1983, essa união se apoiou no silêncio e esquecimento dos acontecimentos do passado que

¹²⁵ Cf. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹²⁶ A historiadora Lucileide Costa Cardoso propõe a existência dessas três vertentes de memória no seu artigo publicado na Anpuh. Cf. CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.27, p.179-196. 1994. Disponível em:

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16>. Acesso em: 14 set. 2013.

¹²⁷ Cada grupo social produz sua respectiva memória, por isso a guerra de memórias é comumente composta por diversas interpretações memorialísticas. No caso mencionado, ressaltamos as três principais vertentes de embate, contudo elas não eram as únicas produzidas no momento.

¹²⁸ Vide o tópico anterior.

lhes convinha para empreender uma nova interpretação dos fatos, a luz dos valores democráticos.

Isso pode ser constatado no combate em conjunto empreendido pela sociedade civil e pelos ex-combatentes da luta armada em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Tal associação e participação neste movimento reivindicatório ajudaram a construir uma imagem da guerrilha vinculada aos valores que estavam em pauta no momento, atribuindo, dessa forma, aos grupos de guerrilha a característica de luta de resistência à ditadura e em prol do retorno da democracia. De acordo com o cientista social Vitor Amorim de Angelo,

a anistia foi importante porque o debate a respeito do perdão mútuo exigiu uma definição sobre o papel dos que pegaram em armas durante a ditadura. Se para a antiga esquerda armada seus militantes haviam executado ações revolucionárias, como expropriações e justiçamentos, à luz do Estado de direito que então se consolidava os ex-guerrilheiros tinham cometido crimes, como assaltos, seqüestros e homicídios, assim como os agentes da repressão, que em escala muito maior infringiram até mesmo as próprias leis de exceção às quais deveriam se submeter. Portanto, o que se discutia naquele momento era se ambos representavam lados opostos de uma mesma dinâmica (a da guerra revolucionária), se suas ações haviam tido correspondência ou não. Analisando essas questões, a sociedade atribuiu determinado valor à antiga esquerda armada, isto é, o de que ela teria sido vítima da brutalidade repressiva (motivando a defesa de uma anistia que não contemplasse os envolvidos na violação dos direitos humanos) e o de que ela havia tido um papel fundamental na luta contra a ditadura, com os ex-guerrilheiros destemidos, arriscando suas vidas, resistindo ao Estado de exceção.¹²⁹

O mesmo fato ocorreu com o movimento em favor das *Diretas Já!*. Dessa forma, partindo de uma análise do contexto de manifestações em favor do voto direto para o cargo de presidente da República e de busca pelo retorno da democracia, reafirmou-se ao movimento de guerrilha a característica de luta de resistência em prol do regime democrático anterior ao golpe de Estado de 1964.

As *Diretas Já!* também foram importantes nesse sentido porque a luta por eleições diretas era também uma mobilização fundamental para o restabelecimento da democracia. Como sabemos, a escolha de representantes políticos é uma das características principais dos regimes democráticos, ao lado do direito de expressão e do pleno funcionamento das instituições representativas – tudo isso inexistente durante a ditadura. Uma das principais medidas tomada pelo regime militar foi justamente tornar indiretas as eleições para presidente da República, governadores e prefeitos. Dessa forma, junto com a luta pela anistia, as *Diretas Já!* envolveram a antiga

¹²⁹ ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.183.

esquerda armada numa campanha que defendeu um aspecto central da democracia que se desejava restabelecer no país (o retorno do voto direto), de modo que seu desenvolvimento com aquela mobilização, em nosso entender, também ajudou a consolidar uma imagem dos ex-guerrilheiros como defensores do Estado de direito, nos moldes daquele existente antes do golpe – Estado que foi retomado em outro nível, pela Nova República.¹³⁰

Iniciado o discurso de *resistência democrática* no âmbito social, tal caracterização passou a compor a produção autobiográfica dos ex-integrantes da luta armada que se referiam ao período em que estiveram na guerrilha com um olhar de criticidade. Ao tornar-se a peça central desses relatos memorialísticos, o discurso de resistência democrática se concretiza por meio de narrativas sobre o período da ditadura e se expande dentro da sociedade.

Com a finalidade de compreender o aprofundamento e concretização dessa memória, optou-se por analisar os livros *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida* (1980), Alfredo Syrkis, e *A fuga* (1984), de Reinaldo Guarany. A escolha de tais obras memorialísticas deu-se em função da popularização e da repercussão alcançadas pelas duas primeiras obras citadas e pela caracterização impar expressa pela última. Ademais, são obras de autores que compuseram os principais grupos de guerrilha.

A obra *O que é isso, companheiro?* escrita por Fernando Gabeira, foi publicada pela editora Coldecry, no ano de 1979. O principal livro – de características autobiográficas – escrito pelo ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), busca apresentar uma versão pessoal do período em que o autor lutou no grupo de guerrilha contra a manutenção da ditadura militar, sendo, inclusive, exilado por isso.

O ápice da obra, no entanto, acontece ao relatar o caso do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969. Empreendido coletivamente pelos grupos de guerrilha Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Aliança Libertadora Nacional (ALN), tal feito visava a estabelecer uma negociação forçada com os militares, a fim de libertar quinze dos presos políticos que estavam sendo duramente torturados nas prisões do Estado.

Devido à identificação social com a narrativa,¹³¹ o livro obteve grande sucesso, vendendo cerca de 80 mil cópias no ano de sua publicação e atingindo o primeiro lugar em

¹³⁰ ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.183-184.

¹³¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 1960. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, p.31-45 apud ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e**

vendas na categoria de não-ficção, em 1980.¹³²¹³³ Com sua tamanha repercussão, a história relatada por Gabeira também ganhou uma versão nos cinemas. Dirigido por Bruno Barreto, o filme que leva o mesmo título do livro estreou em 1997, quase dez anos depois da publicação da primeira edição, e foi indicado para concorrer ao Oscar como melhor filme estrangeiro.¹³⁴

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, o fato de o livro *O que é isso, companheiro?* ter atingido tamanha repercussão social “foi consequência do desejo da sociedade em ter um relato acerca da luta armada que não comprometesse as vozes da oposição [à ditadura] do presente com alguma forma de colaboracionismo no passado”.¹³⁵ Assim, os relatos memorialísticos, como este apresentado por Gabeira, apresentavam uma versão que compactuava com o que a sociedade queria ouvir, levando esta versão, portanto, amplos setores sociais.

O livro *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Syrkis, foi publicado em 1980 pela Global Editora. Esta obra autobiográfica preocupava-se em fazer uma análise pessoal sobre o período em que o autor participou do movimento estudantil até chegar a membro da luta armada, através da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Após perpassar todo o processo de formação política de Syrkis, o relato culmina no episódio dos sequestros de Ehrenfried Anton von Holleben, chefe de protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha Ocidental, raptado por membros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1970, e de Giovanni Enrico Bucher, embaixador da Suíça no Brasil, sequestrado pela VPR em 1970.

Assim como relatado por Gabeira no caso Elbrick, tais raptos tinham o intuito de libertar presos políticos que estavam sendo duramente torturados pelos militares. Dessa forma, após o sucesso do primeiro resgate, os sequestradores aumentaram o número de pessoas pedidas e obtiveram a soma total de 115 presos políticos libertados nesses dois sequestros.

memória social no Brasil. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.186.

¹³² REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**, 1960-1990. São Paulo: Com-Arte Fapesp, 1996, p.72. Disponível em: <http://www.livroseoutrasmidias.org/papers/mercado-editorial-brasileiro-1960-1990.pdf>. Acesso em 05 jul 2016, p.73-91.

¹³³ Atualmente, o livro *O que é isso, companheiro?* conta com cerca de 40 edições que contabilizam mais de 250 mil exemplares vendidos. Cf. <http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=10635>.

¹³⁴ O livro e o filme divergem quanto ao seu conteúdo e, por questões metodológicas, será mantido o foco somente em fontes impressas. Para mais informações sobre ambos, cf. REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

¹³⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 1960. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, p.31-45.

É importante ressaltar que o título do livro *Os Carbonários* faz uma alusão ao movimento de resistência empreendido na Europa em momentos posteriores à Revolução Francesa, de 1789. Ocorridos principalmente nas regiões onde hoje se localizam a Itália, a França, a Espanha e Portugal, tal movimento lutava contra a restauração da monarquia e a tirania do governo papal no século XIX. Assim,

*várias sociedades carbonárias conspiraram e realizaram “ações diretas” contra este estado de coisas. Entre estas se destaca o sequestro de um coronel austríaco, praticado pelo grupo de Lazio Umbria, noutra região da futura Itália. A repressão intensa, no reinado pontifício e nos outros reinos, com prisões, torturas e guilhotina, dizimou as diversas sociedades secretas.*¹³⁶

Mesmo sem o apoio das massas, os carbonários empreenderam um movimento de resistência que deixou um legado de experiência para os futuros movimentos que necessitassem lutar contra regimes ditatoriais em forma de guerrilha. Dessa forma, ao utilizar *os carbonários* para nomear o seu livro, Syrkis caracteriza que o movimento empreendido pela guerrilha no Brasil como parte de um movimento de resistência que se assemelhou ao empreendido pelo europeu.

Embora não tenha atingido a mesma repercussão do livro publicado por Gabeira, *Os Carbonários* resultou num grande *best-seller*, que está atualmente na sua 14ª tiragem.

No que diz respeito a Reinaldo Guarany, este se apresenta como um escritor ímpar. Dos participantes da luta armada foi o único a escrever duas autobiografias, sendo estas referentes ao mesmo tema e completamente diferentes em sua narrativa. Contudo, ainda que possua dois livros compostos a partir de suas memórias, a obra *A Fuga*, publicada em 1984 pela editora Brasiliense, é a que se destaca.¹³⁷

As peculiaridades da obra de Guarany já se faz presente logo no início. Ao relatar as diversas ações revolucionárias em que esteve envolvido durante o período em que pertenceu à ALN e o seu trágico período de exílio, o autor apresenta uma escrita repleta de leveza e fluidez.

Utilizando-se de muitos recursos de ironia e deboche para relatar um tema marcado pela seriedade, em especial no que tange a atos mal fadados da esquerda armada e seu isolamento em relação à sociedade, a obra se dedica a apresentar um lado mais humanizado

¹³⁶ SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980, p. 10.

¹³⁷ Além de *A fuga*, Guarany escreveu a autobiografia denominada *Fornos quentes*. Cf. GUARANY, Reinaldo. **Fornos quentes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

da guerrilha, apontando seus erros durante as operações. Dessa forma, são frequentes os lapsos referentes aos códigos a serem utilizados e pontos estratégicos a serem tomados como o uso inadequado de armamentos, ferimentos a civis e mortes acidentais de companheiros.

Embora não tenha obtido a mesma repercussão das duas outras fontes supracitadas, sua utilização neste trabalho é válida dada à contribuição para a construção da memória social da esquerda armada.

Baseando-se na autocrítica da luta armada, os autores supracitados, em suas referidas obras, abordaram um misto de ficção e realidade ao fazerem suas releituras do período em que participaram da guerrilha. Dessa forma, tais ex-combatentes da luta armada mostraram em seus relatos memorialísticos as falhas e a *ingenuidade* dos que lutaram contra uma ditadura sólida e bem organizada.

No livro *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*, Alfredo Syrkis dedicou um subitem inteiro do capítulo *Na Infra do Tio*, para fazer uma de suas autocríticas. Após um plano estritamente organizado pela VPR para sequestrar o embaixador alemão, Syrkis esqueceu-se de entregar para os companheiros a chave do fusca bege que levaria o embaixador ao cativeiro, suspendendo o plano por alguns dias. Ao voltar para o seu aparelho, encontra outros companheiros e faz uma autocrítica imediata:

- lamento profundamente a cagada que fiz. Foi uma irresponsabilidade pequeno-burguesa. Não sei, não. Não sei comé que pude sair levando essa porra dessa chave, ó meu caralho. Inda ontem à noite na hora de dormir, ao recapitular as tarefas militares, me lembrei que tinha que entregar as chaves pro Paulista, na hora de sair...Proponho minha punição pelo liberalismo.¹³⁸

Da mesma forma, Guarany dedica praticamente todo o capítulo *blood on the tracks* do seu livro para relatar missões e expropriações malfadadas da ALN. Muitas vezes usando tom de deboche e ironia, ele descreve diversos episódios em que estas ações foram ameaçadas ou fracassaram por desatenção dos militantes, que esqueceram o lugar do ponto, não soltaram o freio de mão de carros roubados, deixaram pertences pessoais em aparelhos abandonados, dentre outros.¹³⁹

A utilização de uma interpretação cuja temática esteja centralizada na autocrítica da luta armada é reflexo direto do contexto político vivido pelo país entre fins da década de 70 e 80. Permeados pela formação da cultura política democrática no Brasil, onde a cidadania, a

¹³⁸ SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980, p. 234.

¹³⁹ Cf. GUARANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.9-53.

participação, a secularização, a legalidade e a pluralidade tornaram-se valores centrais na sociedade civil,¹⁴⁰ os ex-integrantes da luta armada rememoraram o período em que estiveram à frente da guerrilha como uma ação que estivesse fadada ao fracasso.

Essa interpretação ganhou corpo porque ao escreverem os seus relatos muitos dos ex-combatentes da luta armada já tinham partido para a luta de oposição à ditadura no campo institucionalizado, de forma democrática. Ao verem a impossibilidade de se manter no campo armado, desde a derrota da guerrilha pelos militares, concluída no ano de 1973, organizações políticas de extrema esquerda, como o MR-8 e a AP, indicaram seus integrantes para concorrer a cargos políticos pelo MDB.

De acordo com Vitor Amorim de Angelo,

o MDB, de fato, abrigava várias correntes e organizações políticas em sua estrutura, incluindo o Partido Comunista Brasileiro, organização que, não tendo aderido à luta armada, como foi visto, sempre apoiou a legenda de oposição à ditadura, pela qual lançava seus candidatos. Derrotados, alguns grupos que tinham feito a autocrítica da luta armada, como a Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML) – herdeira da antiga AP – e o MR-8, também passaram a lançar seus candidatos pelo MDB, considerado um espaço viável para a militância política no contexto da abertura proposta por Geisel.¹⁴¹

Embora essas narrativas de autocrítica da luta armada destoem do período de luta empreendido pelos movimentos de guerrilha, elas representam, na realidade, a rememoração imbrincada de valores do presente que o autor possui acerca de seu passado. E embora a princípio pareça um posicionamento individual, dada a sua caracterização autobiográfica, ele representa a memória social dos grupos que compunham a luta armada, conforme explicitado por Halbwachs.

Para a historiadora Lucileide Costa Cardoso, o memorialismo autocrítico representado nas obras destes ex-combatentes da luta armada causa uma “dissociação entre o pensamento e a ação”. A característica desse tipo de relação é uma ‘divisão abissal entre o eu que narra e o eu que age’. A identidade individual do memorialista, deste modo, fica comprometida entre o eu atual e o eu do passado”.¹⁴²

¹⁴⁰ PESCHARD, Jacqueline. **La cultura política democrática**. Disponível em: http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/la_cultura_politica_democratica.htm#I. Acesso em: 10 ago. 2016.

¹⁴¹ ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.125.

¹⁴² ARRIGUCCI, David. Recompôr um rosto. In: Discurso nº12. São Paulo: Livraria e Ed. Ciências Humanas, 1981, p.69-83 apud CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.27, p.179-196. 1994. Disponível em:

Contudo, a visão autocrítica do período de guerrilha não é a única contradição existente nesses relatos autobiográficos. Ao utilizarem-se dos valores do contexto democrático para rememorar o passado traumático, tais ex-guerrilheiros aprofundaram e solidificaram o discurso de resistência democrática emergente durante as manifestações de massas opositoras ao governo.

Um dos pontos onde isto pode ser constatado está na caracterização de combate à ditadura presente nas obras supracitadas. Ao rememorar o período em que lutaram à frente da guerrilha, relembrando às ações revolucionárias somadas às perseguições e torturas sofridas nas prisões militares, os ex-integrantes da luta armada não buscavam somente a denúncia pública dos abusos cometidos pelos militares e a luta contra o esquecimento dos atos cometidos por um regime ditatorial, mas buscavam a caracterização do movimento como uma resistência ao autoritarismo instituído em 1964.

Todavia, se a luta empreendida pela guerrilha pode se caracterizar como uma forma de combate, esse combate não diz respeito à ditadura, mas aos militares. Isso porque, para os grupos de guerrilha, os militares que estavam no poder representavam os interesses capitalistas de uma minoria da população – a burguesia – e, junto a isso, os interesses imperialistas dos Estados Unidos no Brasil.

Ademais, a reivindicação pela democracia, justamente em um momento em que a cultura política revolucionária inspirava esses setores, não fazia parte da pauta dos grupos de guerrilha. Pelo contrário. Alguns grupos, como é o caso do VPR e do MR-8, deixaram evidente em seu documento de orientação teórica que a finalidade da guerrilha era a instituição do Socialismo como forma de governo, através da ditadura do proletariado.¹⁴³

Portanto, o regime autoritário não era de fato um problema para os grupos que optaram pela luta armada. Seu suposto combate à ditadura emerge nos relatos autobiográficos dos ex-combatentes da guerrilha a fim de caracterizar este movimento como uma forma de resistência democrática.

Outra questão importante nestas autobiografias diz respeito ao silenciamento sobre os setores civis que apoiaram ou consentiram com a existência do governo ditatorial no Brasil. Ao optarem por ignorar esta importante participação, as narrativas de autocrítica da luta armada deram coesão ao discurso social que bradava pela luta de resistência democrática e,

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16>. Acesso em: 14 ago. 2016.

¹⁴³ Este tema é abordado no capítulo 3 deste trabalho.

com isso, isentava os setores civis partícipes do regime de exceção das responsabilidades de apoio a um regime autoritário.¹⁴⁴

De acordo com o historiador Bruno Groppo, devido à caracterização seletiva atribuída à memória podemos também associá-la ao esquecimento, isto é, “ao mesmo tempo que [as políticas de memória] selecionam certos aspectos do passado, deixam outros na sombra [no esquecimento].”¹⁴⁵ Assim, o uso do silêncio e do esquecimento nos relatos memorialísticos podem apresentar motivos diversos, como

superar um trauma sofrido, dar um sentido aos sofrimentos, reconstruir uma identidade nacional abalada, obter reparações, dissociar a sorte do país daquela do regime ditatorial, ocultar certos aspectos do passado recente, facilitar a inserção no novo sistema político dos ex-partidários da ditadura, legitimar o novo poder, evitar um debate aprofundado sobre a questão das responsabilidades etc.¹⁴⁶

No caso do esquecimento identificado nos relatos memorialísticos publicados no momento de reconstituição do período da ditadura, pode-se constatar o intuito de tentar apagar dos registros da História os feitos do passado, evitando o debate sobre as responsabilidades aos setores que lhes era devido, ocultando aspectos importantes do passado recente e evitando conflitos no âmbito social. Era uma forma de construir uma memória para tentar esquecer a história.

De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, em seu artigo intitulado *Esquecimento das memórias*,¹⁴⁷ o interesse dos ex-guerrilheiros em se posicionarem a favor da sociedade civil estava relacionado ao seu discurso no passado. Segundo a autora, para a esquerda que optou pela luta armada era

difícil admitir uma sociedade na qual a maior parte, oprimidos inclusive, se identificasse com os valores da ditadura e não se indignasse com os crimes por ela cometidos. A volta ao passado, a construção do passado tem que lhe dar sentido, justificar os mortos, os que estiveram na cadeia por longos anos, no exílio. Derrotas e dores só suportadas diante de um sentido.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Este tema foi trabalhado no tópico anterior deste capítulo.

¹⁴⁵ GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.47.

¹⁴⁶ Ibid., p.46.

¹⁴⁷ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

¹⁴⁸ Ibid.

Por isso, para ela, os relatos memorialísticos dos ex-combatentes da esquerda armada aparecem com o intuito de dar coesão ao discurso social, conforme o sentido descrito por Maurice Halbwachs, isto é, utilizando-se de uma forma que não fosse impositiva ou coercitiva, mas afetiva.¹⁴⁹

Com um posicionamento distinto, mas não oposto ao de Rollemberg, o historiador e ex-militante do MR-8 Daniel Aarão Reis Filho, em seu livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*,¹⁵⁰ apresenta outra interpretação sobre o esquecimento promovido pelos relatos memorialísticos dos ex-integrantes da esquerda armada.

Segundo o autor, houve a intenção de se promover uma conciliação social, isto é, de criar uma isenção que abarcasse tanto a sociedade civil e seus setores apoiadores do golpe e da ditadura quanto os ex-integrantes da esquerda armada e seu projeto de implantação do regime político socialista. Ambos os setores sociais tinham a necessidade de esquecer o passado e se adequar ao período democrático do presente e, por isso, suas histórias foram substituídas por uma memória de resistência democrática.¹⁵¹

Entre coesão social e conciliação, conclui-se que os ex-combatentes da esquerda armada optaram por dar voz à demanda social através de seus relatos memorialísticos. Assim, apoiando-se nos valores do contexto democrático que vivenciavam, os ex-combatentes da esquerda armada deram coro aos ideais de resistência e democracia entoados pela sociedade civil durante o período de redemocratização do Brasil. Esse discurso, bem quisto na sociedade, não apontava a influência de setores civis na produção dos regimes autoritários e, com isso, mantinha os ex-guerrilheiros inseridos na sociedade sem questionamentos.

Entretanto, as narrativas que afirmavam o discurso social de isenção de responsabilidades dos setores que estiveram ao lado dos militares durante o golpe e ao longo da ditadura não apresentava a veracidade dos acontecimentos históricos, pelo contrário, baseava-se em ideais memorialísticos que eram convenientes à sociedade civil e aos ex-guerrilheiros naquele momento.

Todavia, esse não era o único esquecimento presente nos relatos memorialísticos publicados pelos ex-integrantes da guerrilha. Em suas autobiografias, os memorialistas relatavam sua releitura sobre o período de atuação na luta armada e as formas de combate à

¹⁴⁹ HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, Albin Michel, 1997 apud ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

¹⁵⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

¹⁵¹ Ibid.

ditadura instaurada pelos militares, contudo, silenciavam sobre o principal objetivo desta oposição: a instauração do regime político socialista.¹⁵²

Ao silenciarem sobre esta temática, os ex-combatentes da luta armada buscavam construir uma memória baseada no esquecimento dos atos que não eram aceitos em um momento de valorização da democracia, e, dessa forma, tentavam se isentar dos crimes de sangue cometidos pelos ex-guerrilheiros e, principalmente, da tentativa de instauração da ditadura do proletariado.¹⁵³

Com isso, associavam-se, portanto, ao discurso de luta de resistência à ditadura e de busca pelo retorno da democracia, fortalecendo a memória social da esquerda armada com a caracterização de *resistência democrática*.

Adequando-se aos parâmetros da cultura política democrática em formação, os relatos memorialísticos de autocritica da luta armada foram bem recebidos por diversas editoras de oposição à ditadura e, mediante os incentivos fornecidos por elas, a publicação dessas autobiografias ganhou força no âmbito social, popularizando a versão que caracterizava a guerrilha como um movimento de resistência democrática.

De acordo com o historiador Flamarion Maués,

é a partir de meados dos anos 1970 que ganha corpo um movimento editorial que terá características de oposição ao governo ditatorial, e que tem início juntamente com o processo de distensão política que a cúpula militar no poder se viu na contingência de implementar. Tal movimento relaciona-se também com o grande incremento da indústria editorial brasileira (produção de livros). Um dos segmentos que se destacavam nesse crescimento é justamente o dos livros de oposição ao regime civil-militar, que se enquadram no que se pode chamar de literatura política: obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncia contra o governo, clássicos do pensamento socialista.¹⁵⁴

A formação e a expansão de um movimento editorial de oposição à ditadura, ao longo da década de 70, foram extremamente benéficas para os ex-guerrilheiros que optaram por escrever os seus relatos memorialísticos vinculados à resistência democrática num momento em que o autoritarismo ainda era vigente. Unidos contra o mesmo inimigo, essas editoras se somaram aos memorialistas opositores à ditadura para dar voz aos que tinham

¹⁵² ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 81-91.

¹⁵³ Ibid., p. 81-91.

¹⁵⁴ MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.80, p.91-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 mar. 2016, p. 91.

sofrido nas mãos dos militares supostamente por lutarem a favor do retorno da democracia, em prol da sociedade civil.

Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964, ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, L&PM, Graal, Codecri, Vega e Livramento, entre outras.¹⁵⁵

Dessa forma, a versão que se remetia à resistência democrática dos grupos de extrema esquerda conquistou espaço na sociedade.

De acordo com a doutora em Comunicação, Sandra Reimão, “a tematização das controvérsias e conflitos políticos contemporâneos, dominante em 1978 no segmento não-ficção, é uma tendência já verificável desde 1974”, logo após a falência do Milagre Econômico de Médici.¹⁵⁶ Contudo, foi a partir da década de 80 que este setor se expandiu. Assim, cerca de 30% dos livros de não-ficção, publicados no Brasil, na década de 80, estavam na categoria de *memória, biografia ou autobiografia*, perdendo apenas para a categoria *política e/ou economia atual ou recente*, com 36% do número de vendas. E, embora Reimão não se preocupe em categorizar o viés das memórias, biografias e autobiografias produzidas nesse período, sua lista de análise deixa clara a contribuição dos relatos de autocrítica da luta armada, com dois livros de Fernando Gabeira entre os cinco mais vendidos.¹⁵⁷

Portanto, pode-se concluir que os ex-combatentes da luta armada construíram uma memória que desse coesão ao discurso social, ao mesmo tempo que isentasse a si mesmo dos feitos do passado que eram condenáveis perante a democracia. Por isso, em seus relatos autobiográficos, publicados durante o período de redemocratização do Brasil, silenciaram sobre os reais objetivos dos grupos armados e construíram um discurso que os aproximava da luta de resistência à ditadura e em prol do retorno da democracia.

¹⁵⁵ MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.80, p.91-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 mar. 2016, p. 92.

¹⁵⁶ REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**, 1960-1990. São Paulo: Com-Arte Fapesp, 1996, p.72. Disponível em: <http://www.livroseoutrasmidias.org/papers/mercado-editorial-brasileiro-1960-1990.pdf>. Acesso em 05 jul 2016, p.73.

¹⁵⁷ Outra obra memorialística de Fernando Gabeira que aparece na lista dos mais vendidos em 1980 e 1981 é *Crepúsculo do macho*, publicada pela editora Codecri, em 1980. Cf. GABEIRA, Fernando. **Crepúsculo do Macho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

Formulado este discurso no âmbito literário, pode-se constatar sua popularização por meio do incentivo feito pelas editoras de oposição à ditadura e, conseqüentemente, pela quantidade de vendas contabilizada pelos marcadores da época.

Contudo, mais do que uma reivindicação social, a memória social construída pela esquerda armada possuía uma função política: a de ganhar a guerra de memórias contra os militares, haja vista que estes haviam vencido e exterminado todas as múltiplas organizações políticas de extrema esquerda na guerra real.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3. DESCONSTRUINDO UMA MEMÓRIA

No Brasil, os primeiros grupos de guerrilha começaram a organizar as atividades de preparação para a ação armada no início da década de 60, período anterior ao golpe de Estado que depôs o presidente legitimamente eleito João Goulart. Embora a partir de origens distintas, estes grupos tinham algo em comum: decidiram utilizar a luta revolucionária como forma de atingir os seus objetivos.

Já no início dos anos 60 surgiram os primeiros grupos com esta característica revolucionária, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP). Tais organizações constituíram-se como forças discordantes dos métodos utilizados pelo PCB para emancipar as classes operárias.¹⁵⁸

Esta [a POLOP] nasceu em 1961, agrupando elementos de várias pequenas tendências alternativas ao PCB, com influência sobretudo nos meios universitários. A POLOP contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo. A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de muitas entidades durante os anos 1960. A proposta de constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos 1950 e 1960.¹⁵⁹

Embora marcantes pelas suas formas de luta, a AP e a POLOP não eram os únicos grupos que optaram pela ação armada no período pré-1964; outra organização que seguiu esta linha foram as Ligas Camponesas.

Com uma trajetória que iniciou em 1955, esta associação fornecia assistência médica e jurídica para os trabalhadores rurais e reivindicava a distribuição de terras de forma legal nos estados em que possuía uma filial, como Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás, a princípio. Estendendo-se posteriormente para outras regiões do Brasil.¹⁶⁰ Contudo, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em 1961, as Ligas Camponesas afastaram-se da legalidade e passaram a reivindicar a “reforma agrária na lei ou na marra”.¹⁶¹

¹⁵⁸ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p.32.

¹⁵⁹ Ibid., p.32-33.

¹⁶⁰ CAMARGO, Aspásia. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁶¹ Famosa frase de Francisco Julião Arruda de Paula, advogado, deputado federal e um dos maiores líderes das Ligas Camponesas.

Para concretizar esta reivindicação, a revolução socialista, baseada no foquismo cubano, tornou-se a opção a se seguir. Por isso, em abril de 1962, as Ligas Camponesas ajudaram a fundar o grupo que ficaria responsável por iniciar o treinamento guerrilheiro no campo, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Este movimento não só se inspirou na Revolução Cubana de 1959, como recebeu diversos tipos de incentivo vindos deste país. “Entre 1961-62, ainda que de maneira precária, Cuba ofereceu treinamento em técnicas de guerrilha, forneceu armamentos para a luta armada e financiou a compra de fazendas em Goiás, no Acre, na Bahia e em Pernambuco para o projeto das Ligas”.¹⁶² No entanto, as tentativas de empreender uma luta armada não tiveram êxito naquele momento e, assim, a soma de conflitos internos com a intensa perseguição dos órgãos de segurança do Estado minguou o movimento de guerrilha insurgente.

Contudo, este não foi o fim do intento revolucionário. A partir de 1964, em momentos posteriores ao golpe de Estado, novos grupos de guerrilha começaram a se organizar. De acordo com o sociólogo Marcelo Ridenti,

a origem dos grupos que pegaram em armas após o golpe de 1964 pode ser localizada na crise de representação dos partidos e movimentos de esquerda mais atuantes antes do golpe: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), além dos movimentos nacionalistas ligados a setores de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro. Cerca de vinte grupos dissidentes que realizaram ações armadas surgiram dessas organizações-matrizes, que eram acusadas de não se preparar adequadamente para a revolução brasileira e de não ter sido capazes de resistir ao golpe de 1964.¹⁶³

A crise de representação e a discordância entre os grupos de esquerda deram origem a uma gama de grupos armados no pós-1964. Esses grupos inspiraram-se em correntes ideológicas e revoluções que estavam em pauta durante as décadas de 50 e 60 para embasar a sua própria forma de luta. Entre eles estavam o castro-guevarismo, também conhecido como foquismo, e o maoísmo, prioritariamente. Tais movimentos eram vistos como experiências de

¹⁶² ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001 apud ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p.191.

¹⁶³ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

sucesso na luta contra o imperialismo e o capitalismo e, por essa razão, tornavam-se exemplos para os combatentes da esquerda armada.¹⁶⁴

Todavia, apesar das especificidades adquiridas por cada vertente, esses grupos revolucionários consentiam em três quesitos essenciais: a necessidade de se fazer uma revolução de caráter armado, a busca por uma revitalização econômica que favorecesse a classe trabalhadora e a precisão de um vanguardismo político que liderasse a revolução.¹⁶⁵

Sobre o primeiro ponto em questão, o sociólogo Marcelo Ridenti escreve em seu artigo *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*, presente no livro organizado pelos historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira *Revolução e democracia (1964-...)*, que

todas [as esquerdas revolucionárias brasileiras] davam prioridade à ação armada e eram contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB. Independentemente das formas de estruturação (em partidos ou em comandos guerrilheiros), as organizações viam-se como a vanguarda da revolução, fosse ela nacional-democrática ou socialista, e combatiam o capitalismo e o imperialismo norte-americano.¹⁶⁶

O combate ao capitalismo e ao imperialismo, representado pela ditadura de direita no Brasil, era portanto o alvo desses grupos de extrema esquerdas. No entanto, este combate não reivindicava o retorno da democracia, senão a necessidade da instauração de um novo tipo de governo que atendesse à amplitude das necessidades da população. Sob esse ponto de vista, continua Ridenti,

o desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado, dada a união indissolúvel entre os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidos pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento.¹⁶⁷

Contudo, para que esse combate fosse efetivo e para que um novo tipo de regime político fosse implantado, era necessário um grupo de esquerda que emergisse como

¹⁶⁴ Não nos interessa aqui explorar a variedade de dissidências que pegaram em armas após o golpe de 1964, senão entender especificamente o projeto político de três grupos: o MR-8, o VPR e a ALN. Isto será demonstrado no segundo tópico deste capítulo. Para mais informações sobre os grupos de guerrilha e seus desdobramentos no pós-1964, cf. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

¹⁶⁵ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.29-31.

¹⁶⁶ Ibid., p.29.

¹⁶⁷ Ibid., p.30.

vanguarda política. Assim, “apesar de reivindicarem que a guerrilha rural era o embrião do exército popular, elas de fato eram guiadas, não expressamente, pela ideia de que uma pequena organização de vanguarda poderia provocar uma crise no Estado militar oligárquico.”¹⁶⁸

Todos esses pontos emergiram durante os anos de combates e ações armadas como parte constituinte da própria ideia revolucionária, sendo assim, documentados pelos próprios guerrilheiros. Ainda que tais registros lhes fornecessem as diretrizes políticas e que estes grupos tivessem empreendido uma luta em prol da revolução e pela implantação de um novo regime político sob a égide de uma ditadura socialista, a esquerda armada construiu uma imagem diferente de si.

Após a lei de Anistia de 1979, através dos relatos memorialísticos publicados durante o período de redemocratização do Brasil, a esquerda armada criou uma imagem de resistência ao regime autoritário e de intenso combate pelo retorno da democracia; uma luta que se estendia desde os primórdios do golpe de 1964. Tal recurso memorialístico surgiu como uma tentativa de apagar dos registros históricos as ofensivas empreendidas pelos grupos de guerrilha e de garantir a vitória deste grupo no âmbito da memória.

Elaboradas em um período de valorização da democracia e de impopularidade da ditadura, as biografias e autobiografias publicadas pelos ex-combatentes da esquerda armada davam coesão ao discurso de isenção social ao relatar um período de combate à ditadura e omitir o que no presente momento era adequado. Contudo, elas também se isentavam. Isentavam-se da tentativa de instauração de um novo regime político, o Socialismo.

Tamanha recepção social fez com que, em meio à batalha de memórias, a memória social de resistência democrática se consolidasse como um fator político; e aqueles que perderam no campo de batalha, ganhassem o título de vencedores.

No entanto, isto não impediu que historiadores do tema, ao analisar o período da ditadura, encontrassem discordâncias entre o discurso presente em tais relatos memorialísticos e a prática da luta armada, e questionassem se o movimento de guerrilha havia sido um movimento que lutou pelos ideais de resistência e democracia, ou se ambos não passaram de uma construção memorialística.

¹⁶⁸ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.31.

3.1. A resistência

O conceito de resistência é um dos temas de análise do livro *Dicionário de Política*,¹⁶⁹ escrito pelo filósofo político italiano Norberto Bobbio e pelos seus conterrâneos Gianfranco Pasquino e Nicola Matteucci, politólogos. Responsável pelo tema, Matteucci fez uma análise histórico-política do termo, onde se dedicou à compreensão do conceito de resistência a partir dos movimentos de oposição às ocupações alemãs e italianas empreendidas durante a Segunda Guerra Mundial.

Para ele, “se excetuarmos quatro nações neutras (Portugal, Suécia, Suíça e Turquia) e uma nação amiga das potências do Eixo (Espanha), toda a Europa foi direta ou indiretamente ocupada e se envolveu conseqüentemente na Resistência”.¹⁷⁰

O estudo desses movimentos é essencial nesse caso, pois demonstra o aspecto semântico do termo levantado pelo autor. Nele, o conceito de resistência pode ser entendido como um movimento que “trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução”.¹⁷¹

Com a finalidade de tentar entender o movimento de guerrilha empreendido durante a ditadura civil-militar, esse conceito foi empregado no Brasil por pesquisadores do tema. E, embora não tenham alcançado um consenso sobre a caracterização do movimento de luta armada, tais pesquisadores produziram excelentes pesquisas a respeito.

Dessa forma, enquanto alguns alegam que esse movimento pode ser adjetivado como uma resistência à ditadura instaurada em 1964 outros o caracteriza como ofensiva revolucionária que visava à implantação de um regime político próprio e, por isso, não poderia ser considerado um movimento de reação, mas de ação.

O primeiro deles foi o historiador e ex-militante do MR-8, Daniel Aarão Reis Filho. Em sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*,¹⁷² publicada em 2000 pela editora Zahar, o pesquisador se dedicou a compreender as divergências entre o período em que vigorou a ditadura e os discursos produzidos a partir dos momentos de redemocratização do Brasil.

Seu enfoque consistiu em analisar como a sociedade civil, os grupos de guerrilha e os militares produziram uma conciliação social baseada nos valores democráticos do momento,

¹⁶⁹ Cf. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.1114-1116.

¹⁷⁰ Ibid., p.1114.

¹⁷¹ Ibid., p.1114.

¹⁷² Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

se esquivando de atribuir as responsabilidades e punições para os devidos setores no período de revisitação da ditadura.

Para ele, a publicação da Lei de Anistia, em 1979, selou este pacto, pois, desde então, não se atribuíram as responsabilidades aos setores sociais que participaram da ditadura, não se falou sobre as tentativas de implantação de um novo regime político pelos grupos de guerrilha e tampouco se puniram os torturadores. Para uma nova democracia, formou-se, portanto, um novo começo baseado no esquecimento.

No que se refere especificamente aos movimentos de esquerda revolucionária, o historiador caracteriza a ideia de resistência como uma construção memorialística elaborada em um momento de transição da ditadura pra democracia. Tal narrativa corrobora com os valores democráticos de combate a regimes autoritários ao elaborar a imagem da sociedade civil resistente desde o golpe de Estado de 1964, tendo os grupos de guerrilha como seus representantes nesta empreitada. Assim,

um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas.¹⁷³

Segundo o historiador, esta memória social de resistência à ditadura foi construída após a publicação da Lei de Anistia, em 1979. No entanto, esse discurso não condizia com os projetos elaborados pelos grupos de esquerda. Por isso, em seu artigo intitulado *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*,¹⁷⁴ presente no livro *Versões e ficções: O seqüestro da História*,¹⁷⁵ o pesquisador propôs um questionamento sobre a validade de atribuímos o adjetivo *resistência* ao movimento de esquerda armada que lutou durante a ditadura.

Após uma breve análise sobre os tempos de guerrilha e sobre a produção memorialística de fins da década de 70, o autor concluiu que este adjetivo não condiz com o projeto empreendido pelas esquerdas revolucionárias, haja vista que os movimentos de guerrilha tinham o intuito de instaurar um novo regime político no Brasil, um movimento ofensivo e revolucionário, desde momentos antes do golpe de Estado de 1964.

¹⁷³ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

¹⁷⁴ Id., 1999, p.31-45.

¹⁷⁵ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). **Versões e ficções**. O seqüestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

Assim, antes da radicalização da ditadura, em 1968, e antes mesmo da sua própria instauração, em 1964, estava no ar um projeto revolucionário ofensivo. Os dissidentes se estilhaçariam em torno de encaminhamentos concretos, formando uma miríade de organizações e grupos, mas havia acordo quanto ao nó da questão: chegara a hora do assalto. Neste quadro os revolucionários não resistem, atacam.¹⁷⁶

Discordante das ideias propostas por Reis Filho, o sociólogo Marcelo Ridenti dedicou-se a fazer novos apontamentos sobre o conceito de resistência, refutando o pensamento de Reis Filho diretamente.¹⁷⁷ Ele inicia argumentando que,

de fato, o projeto da esquerdas armadas era baseado na ação de vanguarda, e alguns grupos até planejaram a revolução armada ainda antes do golpe de 1964. Depois, buscava-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergências entre essas organizações sobre como chegar ao socialismo: algumas propunham uma etapa necessária de “governo popular” para cumprir tarefas da “revolução democrática”, e outras planejavam diretamente a conquistas do socialismo. Essas constatações, no entanto, bastariam para negar que a luta das esquerdas armadas tenha sido parte da resistência à ditadura? A resposta é: não.¹⁷⁸

Para ele, os movimentos de guerrilha empreendidos durante a ditadura podem ser qualificados como movimentos de resistência, afinal este termo já era utilizado em diversos documentos do período a fim de qualificar a luta armada. Um exemplo disto, consta no documento *Chamamento ao povo brasileiro*, publicado em 1968 por Carlos Marighella.¹⁷⁹

Violência contra violência. E a única saída é fazer o que estamos fazendo: utilizar a violência contra os que tiveram a primazia em usá-la para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares [...]. O que acontece em nosso país é um vasto movimento de *resistência* contra a ditadura. E, dentro dele, irromperam as operações e táticas de guerrilha.¹⁸⁰

¹⁷⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). **Versões e ficções**. O seqüestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1999, p.41.

¹⁷⁷ Além de debater o conceito de resistência, o sociólogo Marcelo Ridenti dedica parte do artigo para refutar os apontamentos do historiador Reis Filho sobre o tema. Cf. RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.53-65.

¹⁷⁸ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.54.

¹⁷⁹ Ibid., p.55.

¹⁸⁰ MARIGHELLA, Carlos. Chamamento ao povo brasileiro. In: CARONE, Edgar. Movimento operário no Brasil, 1964-1984. São Paulo: Difel, 1984, p.53 apud RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS

Ridenti aponta ainda outro fator decisivo ao discordar de Reis Filho. Embora o autor concorde que os movimentos de esquerda revolucionária tenham empreendido uma luta pela implantação de um novo regime político, para ele, sua importância no período se deu mais pelo “combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido defensivo que ofensivo, ao contrário da intensão original dos agentes”.¹⁸¹

Dessa forma, mesmo tendo sido uma luta de caráter ofensivo, os movimentos de guerrilha, de acordo com Ridenti, podem ser caracterizados como uma forma de resistência à ditadura.

Este debate foi trazido para o âmbito de nossa pesquisa, com a finalidade de compreender se os documentos analisados compactuam para a existência de um movimento de resistência ou se tal ideal faz parte apenas de uma construção memorialística do período de redemocratização do Brasil. Para isso, foram utilizados os documentos *Linha Política e Orientação para a Prática*,¹⁸² de abril de 1969 e janeiro de 1971, elaborados pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); *O papel da ação revolucionária na organização*,¹⁸³ de maio de 1969, escrito para ser a diretriz da Aliança Libertadora Nacional (ALN); e *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*,¹⁸⁴ de junho de 1969, organizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Tais documentos foram compilados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá no livro *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*.¹⁸⁵

Estes documentos foram significativos para esta pesquisa, pois refletem as orientações teóricas fornecidas para os membros de cada grupo de guerrilha analisado, isto é, o MR-8, a ALN e a VPR. Assim, a possibilidade de comparar as narrativas memorialísticas publicadas durante o período de redemocratização do Brasil, mais especificamente a partir de 1979, com as orientações teóricas recebidas pelos combatentes da luta armada durante o período em que vigorava a luta armada no Brasil (1964-1973), tornou-se viável a partir destes documentos.

FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, p.56.

¹⁸¹ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, p.57.

¹⁸² REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 340-356.

¹⁸³ Ibid., p.206-221.

¹⁸⁴ Ibid., p.222-247.

¹⁸⁵ Ibid.

O primeiro documento a ser analisado fez parte das estratégias e objetivos de guerrilha do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Tal grupo revolucionário, cujo nome anterior manteve-se como Dissidência Comunista do Guanabara (DI-GB) até o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, originou-se de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁸⁶ Denominado *Linha Política e Orientação para a Prática*, o documento que contém as diretrizes deste grupo de guerrilha foi dividido em quatro partes: *A situação internacional*, *A etapa e as forças estratégicas da revolução brasileira*, *A estratégia da guerra revolucionária* e *A situação atual – nossa tática*.

Logo na primeira parte do texto, denominada *A situação internacional*, pode-se observar as primeiras orientações teóricas a serem seguidas pelo grupo. Assim, após uma breve análise do panorama político e econômico internacional, voltado especificamente para o imperialismo de caráter monopolista e o capitalismo dependente, são apresentadas as propostas de ações. Já neste momento, o intuito do grupo era o de instaurar uma revolução mundial que combatesse tais sistemas e que atendessem aos setores explorados.

No transcorrer do texto, essa ideia torna-se mais clara e abrangente. Assim, em *A etapa e as forças estratégicas da revolução brasileira*, o documento apresenta as especificidades da luta armada no âmbito do Brasil.

Nesta etapa, o documento não só coloca o proletariado como vanguarda da revolução, como também propõe uma frente única de combate ao capitalismo e ao imperialismo, presentes no Brasil através da figura das multinacionais, bem como ao governo que os representa. Tal Frente Única contaria com a participação dos “pequenos camponeses, o semiproletariado rural, os setores assalariados empobrecidos”,¹⁸⁷ os estudantes e os intelectuais e teria a função de organizar a ditadura do proletariado.

Esta organização está presente no tópico *A estratégia da guerra revolucionária*, onde o texto produzido pelo MR-8 aponta a guerra revolucionária, sob a liderança de uma vanguarda proletária, como uma forma de preparação para a instauração da ditadura do proletariado e a destruição do Estado burguês, conforme pode-se acompanhar no item 15.

15 – Mesmo após a tomada do poder, será preciso aprofundar continuamente o conteúdo da revolução, não somente através de transformações de estrutura, mas também suscitando intensa luta ideológica que destrua as sequelas da sociedade burguesa. Neste período o poder revolucionário não deverá jamais

¹⁸⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 340.

¹⁸⁷ Ibid., p.345.

abandonar o esforço sistemático de mobilização e politização das mais amplas camadas das classes vitoriosas na revolução.¹⁸⁸

Trazendo este debate para o âmbito de sua atualidade, a organização revolucionária MR-8 se dedica à análise da situação política, econômica e social do Brasil pós-1964 e escreve *A situação atual – nossa tática*.

Neste momento, surge a primeira menção ao movimento revolucionário como uma forma de oposição à ditadura, ainda que tal oposição nunca seja citada como um movimento de resistência, mas como uma força alternativa ao governo de direita, favorecedor do capitalismo.

7 – [...] A massa simpatiza com a esquerda revolucionária porque esta se *opõe* à ditadura, mas não vê ainda nela a solidez necessária para considerá-la como alternativa consequente de poder. Depende essencialmente da esquerda armada que os aplausos de hoje se transformem em apoio ativo amanhã, depende de sua capacidade em travar uma luta consequente. [grifo nosso]¹⁸⁹

Essa oposição torna-se ainda um movimento ofensivo, conforme as palavras do autor do documento.

24 – É preciso, porém, não esperar ter tudo organizado e inteiramente estabelecido antes de desencadear *ofensivas*. Muitas vezes será correto desencadear *ofensivas* regionais ou parciais no sentido de reforçar o trabalho de implantação e de organização dos grupos político-militares. A condição é que estas *ofensivas* parciais reforcem realmente nosso objetivo tático central e não terminem, como já aconteceu, pela dispersão de nossos esforços e pelos dos setores do povo numa prática espontaneista que acaba comprometendo nossos objetivos centrais. Além disso, evidentemente, é preciso que haja regionalmente condições de existência de uma infraestrutura e os instrumentos de capitalização. [grifo nosso]¹⁹⁰

Pode-se concluir, portanto, que o documento de orientação teórica escrito pelo MR-8 para os próprios membros da guerrilha mostra a formação ativa de um movimento que buscava implantar as suas ideologias políticas de maneira ofensiva e revolucionária, inexistindo no texto, portanto, tanto a palavra *resistência* quanto à ideia de formação do grupo de luta armada como medida defensiva ao ataque dos militares.

¹⁸⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.347.

¹⁸⁹ Ibid., p.352.

¹⁹⁰ Ibid., p.354-355.

Por isso, entende-se que o intuito da luta armada na concepção teórica do MR-8 era o combate ao imperialismo, ao capitalismo e à ditadura que os representava no Brasil, mas apenas o combate não bastava; era necessário substituí-lo por um novo regime político: a ditadura do proletariado seguida do regime socialista.

O segundo documento analisado diz respeito às diretrizes políticas da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Tal organização, como a acima mencionada, também se caracterizou por ser uma dissidência do PCB. Denominado *O papel da ação revolucionária na organização*, o documento é dividido em doze partes que apontam a trajetória política e os objetivos desta organização. São elas: *As primeiras ações revolucionárias*, *A guerra revolucionária e a nossa transformação numa organização nacional*, *Síntese do resultado das primeiras ações revolucionárias*, *Clima favorável ao nosso crescimento e ao avanço da guerra revolucionária*, *Confronto das experiências do processo de crescimento das organizações revolucionárias*, *Críticas e objeções surgidas contra nós em certos meios revolucionários*, *O nosso plano estratégico*, *Os princípios estratégicos fundamentais da nossa organização*, *Trabalho de massa e ligação com o povo*, *O caráter revolucionário da nossa organização*, *Ação revolucionária e frente única* e *Falhas do movimento revolucionário brasileiro e perspectivas de luta no nosso país*.

No início do documento, a organização armada faz uma breve introdução sobre sua trajetória histórica, ressaltando o papel das ações revolucionárias no crescimento interno do grupo. Segundo a ALN, “o que nos fez crescer foi a ação, única e exclusivamente a ação revolucionária. Baseados no princípio de que a ação faz a vanguarda, nós, na realidade, lançamo-nos às ações de guerrilha urbana, mas sem declarar que se tratava disto.”¹⁹¹

O documento explicita ainda o intuito da organização nacional, o qual consistia no combate aos interesses do capitalismo e do imperialismo norte-americano, disposto no Brasil através da ditadura militar e dos interesses das classes dominantes. Dessa forma, para combatê-los, seria necessário fazer uma revolução que instaurasse no Brasil um regime igualitário, conforme pode-se constatar no trecho destacado do item *Os princípios estratégicos fundamentais da nossa organização*.

Para nós, ao contrário, a guerrilha tem exatamente a finalidade de não permitir qualquer negociação política de conciliação com a burguesia em detrimento dos interesses de classe dos operários, camponeses e seus aliados

¹⁹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.208.

e em prejuízo da revolução destinada a expulsar o imperialismo do país e eliminar os obstáculos para o socialismo.¹⁹²

No entanto, a questão que de fato se evidenciou neste documento é que apesar de os militares serem vistos como um foco de combate, por atender aos anseios de um grupo minoritário, eles não foram considerados um foco de ação ou de demanda de resistência, mas uma forma de reação.

Essa nomenclatura, *reação*, foi citada três vezes ao longo do texto. Primeiramente, ao contar sobre as empreitadas do movimento de guerrilha e os sacrifícios dos combatentes para que o grupo pudesse crescer e atingir os seus objetivos, o autor escreve: “a esse esforço não faltaram a bravura e o desprendimento daqueles que tombara, mortos no cumprimento do dever revolucionário, dos que foram arrastados às masmorras da *reação* e barbaramente torturados ou caíram assassinados pela polícia.” [grifo nosso]¹⁹³

Num segundo momento, no tópico *Síntese dos resultados das primeiras ações revolucionárias*, são apontados no documento os resultados dos movimentos empreendidos nos primeiros anos de revolução. Neste contexto, é importante ressaltar o tópico c, o qual diz: “c) Ganhamos um ano de vantagem sobre a *reação*, apanhando-a de surpresa com as expropriações e a captura de armas e explosivos, e evitando deixar rastros para não a alertar sobre os nossos propósitos.” [grifo nosso]¹⁹⁴

E, por fim, em um terceiro ponto, no tópico *Críticas e objeções surgidas contra nós em certos meios revolucionários*, ao citar o modo de ver de outros grupos revolucionários mediante a filosofia “oposta ao tradicionalismo convencional” da ALN, o grupo diz: “c) que éramos partidários do foco, e como tal íamos fracassar e ser esmagados pela *reação*, prejudicando a revolução brasileira”. [grifo nosso]¹⁹⁵

Colocando-se como um grupo que representava a ação revolucionária e que buscava a instauração de um novo regime político, o socialismo, a ALN não se via como um movimento de resistência à ditadura, mas como uma ofensiva, evidenciando-se mais do que os demais grupos analisados, dada a denominação estabelecida pelo próprio grupo ao seu inimigo, *reação*. Para a ALN, o seu grupo de guerrilha fazia parte de uma ação revolucionária que visava à instauração de um novo regime político e os militares eram um grupo inimigo que tentava resistir a essa ofensiva.

¹⁹² REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.215.

¹⁹³ Ibid., p.208.

¹⁹⁴ Ibid., p.210.

¹⁹⁵ Ibid., p.213.

Por fim, o último documento analisado foi organizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a qual surgiu da união do setor paulista do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com a dissidência também paulista do ORM-POLOP.¹⁹⁶ Denominado *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*, tal documento foi dividido em sete partes que refletem o histórico do grupo de guerrilha e os seus objetivos políticos. São elas: *O momento histórico*, *O objetivo da primeira fase*, *O instrumento de luta*, *A relação massa-vanguarda armada na guerrilha rural*, *A relação massa-vanguarda armada na guerrilha tática*, *A relação massa-vanguarda armada na luta urbana* e *O povo na luta: o problema das fases*.

Pertencente ao documento *Caminhos da Vanguarda*, também conhecido como *Teses de Jamil* em homenagem ao autor que o escreve,¹⁹⁷ *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução* representa o sétimo e último capítulo do livro de orientação teórica utilizado pela VPR.

A teoria da VPR se diferencia dos demais grupos por propor uma guerra revolucionária dividida em duas partes, onde o enfoque ressalta as necessidades e os objetivos da primeira etapa, a etapa política, a qual, sob o ponto de vista da VPR, consistia na politização e aproximação entre a vanguarda, no caso o próprio grupo de guerrilha, e as massas populares; “*em fazer o povo compreender a nossa luta.*”¹⁹⁸

Nossa primeira opção, explicada neste documento, é que esta participação se coloca de maneira totalmente diferente segundo as fases do processo revolucionário. *Em outras palavras, a organização armada não é no seu início uma miniatura do que será mais tarde: estamos exercendo hoje uma violência de vanguarda, e não uma guerrilha do povo localizada.* Não somos uma pequena guerra do povo, e sim uma vanguarda que exerce uma violência didática no sentido de levar ao povo a demonstração da força da luta armada. E o nosso dever hoje não é o de nos concentrarmos no trabalho de organização das massas a fim de levá-las a formas intermediárias de luta até que cheguem à idéia de luta armada, mas o de reforçar a vanguarda armada a fim de mostrar ao povo o que deve fazer do sustento e desenvolvimento da luta armada o seu objetivo principal. É o desenvolvimento da luta, especialmente no campo, que abrirá ao povo as perspectivas de participação.¹⁹⁹

A segunda etapa, neste caso, se encontra em um plano secundário, consistindo em uma orientação rápida, mas efetiva, a fim de se estabelecer uma ofensiva revolucionária cujo

¹⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.222.

¹⁹⁷ O documento completo pode ser encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ Ibid., p.225.

¹⁹⁹ Ibid., p.245.

intuito consistia em derrubar o governo militar e instaurar um novo regime político socialista, com base no marxismo-leninismo.

Colocamos desde já aqui a nossa posição de procurar isolar o governo e não o proletariado (o que poderia ser válido se colocássemos como condição prévia de luta a consciência de classe). *Consideramos que somente quem acredita na possibilidade de uma revolução burguesa nacional pode ter medo de que o caráter socialista da revolução possa ser deturpado por uma política de alianças táticas.*[grifo do autor]²⁰⁰

Devido a sua breve apresentação com relação a segunda fase, não há muito material para se desenvolver as práticas efetivas propostas por esse grupo de guerrilha. Contudo, pode-se afirmar que assim como nos demais documentos analisados, também nesse a ideia de se instaurar um movimento de resistência à ditadura militar não é apresentada. O documento mostra uma organização minuciosa e cautelosa com relação a um movimento de ação, cujo intuito não era montar um plano de defesa ao ataque empreendido pelos militares, mas chegar ao poder como vanguarda política e líder das massas, para assim instaurar um governo baseado na ditadura do proletariado.

Após a análise de três documentos de orientação teórica destinados aos membros do MR-8, ALN e VPR, concluiu-se que o termo *resistência* não foi utilizado como adjetivo para se referir aos movimentos de guerrilha a serem empreendidos no pós-1964. O intuito dos documentos era, então, o de fornecer as diretrizes para a guerra revolucionária, a fim de se implantar um novo regime político no Brasil.

Neste ínterim, a *ditadura militar* é apresentada como um governo representante dos interesses do capitalismo e do imperialismo, que deveria ser combatida pelos militantes dos grupos de guerrilha.²⁰¹ Entretanto, tal embate não aparece com o intuito de trazer de volta a democracia outrora existente, mas de substituir o governo atual por um que atenda aos interesses do proletariado, configurando-se então como uma ofensiva revolucionária.

Dessa forma, a análise desta pesquisa se aproxima do ponto de vista de Reis Filho ao considerar o ideal de resistência como uma construção memorialística provinda do momento de redemocratização do Brasil, cujo intuito versava em se apoiar em um discurso que era bem quisto socialmente, evitando penalizações e ganhando forças no espaço público.

²⁰⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.233.

²⁰¹ Utiliza-se aqui o termo *ditadura militar*, pois é assim que o regime de exceção aparece escrito nos documentos dos grupos de guerrilha. No entanto, entendemos que o regime instaurado no pós-1964 caracterizou-se pela participação de amplos setores civis e, por isso, deve ser denominado *civil-militar*, conforme explicitado no início do trabalho.

Com relação à apreciação feita pelo sociólogo Marcelo Ridenti, pode-se concluir que há uma tentativa de garantir uma espécie de *espaço de vitória* para a guerrilha que foi derrotada pela ditadura, haja vista que seus apontamentos tentam, a todo custo, defender um discurso que diverge dos documentos de orientação teórica escritos pelos grupos de extrema esquerda.

Um exemplo disto consta ao admitir o caráter revolucionário das organizações de extrema esquerda, a partir dos documentos de orientação teórica por elas elaborados, e, mesmo assim, tentar enquadrar os grupos de guerrilha como uma forma de resistência à ditadura civil-militar brasileira no âmbito prático, haja vista que seu intuito inicial, de implantar o socialismo, havia falhado.

Ademais, ao analisar documentos que afirmavam o movimento de guerrilha como uma prática de resistência, como é o caso do *Chamamento ao povo brasileiro*, de Marighella, o pesquisador ignora a relevância do destinatário. Endereçado “à opinião pública, especialmente aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas e intelectuais, padres e bispos, aos jovens e à mulher brasileira”²⁰² e não aos membros da luta armada, tal documento objetivava propagar a luta armada em meio à sociedade civil e não necessitava ser fiel às orientações teóricas para a luta.

Portanto, considera-se a ideia de resistência utilizada nos relatos autobiográficos dos ex-guerrilheiros da esquerda armada como uma construção memorialística que se fundamentou durante o período de redemocratização do Brasil, cujas finalidades consistiam tanto em justificar as práticas revolucionárias utilizadas como forma de luta pelos grupos de extrema esquerda num momento de estima dos valores democráticos quanto a atribuir a tais grupos de guerrilha o título de vencedores na disputa política da guerra de memórias, já que no âmbito da prática foram derrotados pelos militares.

3.2. A democracia

Se a aplicação do conceito de resistência encontra divergências entre os pesquisadores do período ditatorial no Brasil quanto à sua aplicação nos movimentos de esquerda revolucionária, com a democracia não é diferente. Assim, enquanto a maior parte dos cientistas sociais questiona a caracterização democrática atribuída aos relatos

²⁰² MARIGHELLA, Carlos. *Chamamento ao povo brasileiro*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/chamamento.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

autobiográficos dos ex-membros da esquerda armada e a relaciona a uma construção memorialística, uma pequena parte a defende alegando ser um movimento de luta pela instauração da democracia do proletariado.

Dentre os cientistas sociais do primeiro grupo está o historiador Daniel Aarão Reis Filho. Precursor ao trabalhar a temática que questiona a caracterização da esquerda armada no Brasil como um movimento de *resistência democrática*, o autor argumenta que essa adjetivação se dá, dentre outras questões, pelo “fato de que elas [as esquerdas revolucionárias] não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia” e este dado ser francamente desprezado em seus textos autobiográficos.²⁰³ Assim, ao silenciarem sobre seu real intuito de luta no passado – de implantar o socialismo –, em um momento de redemocratização do Brasil, tal autor determina que há, portanto, uma tentativa de se construir uma memória vinculada aos ideais democráticos.

Outro pesquisador que adere a esta linha analítica é o sociólogo Marcelo Ridenti, o qual se dedica a interrogar a validade da adjetivação *democrática* provinda do termo *resistência democrática* atribuído, durante o período da redemocratização do Brasil, aos grupos da esquerda armada que lutaram na ditadura. Ao considerar tal caracterização como uma construção memorialística específica do período, o sociólogo conclui que

o aspecto mistificador [do termo] consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida.²⁰⁴

Contudo, nem todos seguem com a convicção de que a luta democrática não fazia parte da pauta da extrema esquerda. Alguns pesquisadores marxistas, como é o caso do filósofo Caio Navarro de Toledo, afirmam que os grupos de guerrilha não lutaram pela instauração de uma ditadura do proletariado, mas pelo estabelecimento de uma democracia

²⁰³ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

²⁰⁴ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.58.

que se diferenciava da liberal-burguesa estabelecida no pré-64 e se aproximasse da democracia do proletariado (informação verbal).²⁰⁵

Durante análise dos documentos *Linha Política e Orientação para a Prática*, de abril de 1969 e janeiro de 1971, elaborados pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); *O papel da ação revolucionária na organização*, de maio de 1969, escritos pela Ação Libertadora Nacional (ALN); *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*, de junho de 1969, organizados pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), buscou-se entender se a luta empreendida pelos grupos de guerrilha vinculava-se ao retorno da democracia tal qual o *status quo* anterior ao golpe de Estado de 1964 ou até mesmo a qualquer menção democrática que se evidenciasse.

Contudo, foi notado que o intuito de tais organizações não era o de empreender uma luta a fim de retornar ao regime democrático, mas o de instaurar um novo regime político que atendesse aos ideais dos grupos combatentes – um regime socialista. Tal determinação estava vinculada à cultura política revolucionária do período marcada, em especial, pela influência da Revolução Cubana na luta dos movimentos de extrema esquerda da América Latina. Esta influência pode ser acompanhada através dos códigos, teorias e simbolismos que resultaram nas produções ideológicas que embasaram e motivaram os guerrilheiros a lutarem pela instauração de um regime socialista no Brasil, como a “ideia de violência revolucionária, de sacrifício e de luta armada”.²⁰⁶

Assim, a partir do documento *Linha Política e Orientação para a Prática*, de abril de 1969 e janeiro de 1971, elaborado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), é possível acompanhar o passo-a-passo das etapas que compuseram as orientações teóricas propostas para a compreensão da prática revolucionária, bem como dos anseios pós-revolução, destinadas aos membros desta organização armada.

Segundo este documento, o objetivo inicial do grupo consistia em estabelecer uma guerra revolucionária cuja estratégia se embasaria na guerra combinada, isto é, na soma entre a politização do proletariado rural e urbano com o desenvolvimento da luta militar, a ser empreendida em diversas regiões do país.

2 – A guerra revolucionária deve ser compreendida como um processo político e não como uma explicitação militar de luta política. A guerra

²⁰⁵ TOLEDO, Caio Navarro de, Mesa-redonda: Democracia e ditadura no século XX, da XXXI Semana de História: Palavra e destino comum, da Unesp/Assis, no dia 24 set. 2014.

²⁰⁶ CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960:** Régis Debray e o Foquismo. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010, p.11.

revolucionária é assim o conjunto das formas de luta, inseridas num contexto de processo armado; a combinação das formas armadas e não-armadas de luta se manifesta no decorrer do processo, embora as formas não-armadas permaneçam submetidas em sua dinâmica à direção e ao sentido da preparação ou da prática das formas armadas de luta.²⁰⁷

O papel de politização desenvolvido durante a guerra revolucionária desempenharia então a função de conscientizar politicamente o proletariado, identificando sua exploração por meio da classe burguesa e apontando como alternativa a essas mazelas a adesão à revolução proposta pelo grupo. Esta etapa, combinada à luta militar, levaria, portanto, à tomada do poder e a instituição da ditadura do proletariado.

Já com esta classe social no governo, como vanguarda política da revolução, pode-se, então, passar para o objetivo final do grupo: o de estabelecer uma reorganização social, política e econômica internamente a fim de se exterminar o capitalismo e o imperialismo no país e instaurar um novo regime político, o Socialismo. No tópico *A etapa e as forças estratégicas da revolução brasileira*, estão presentes os artigos completos que tratam sobre esta temática, a exemplo seguem os números 12 e 13.

12 – Tendo determinado a contradição principal [proletariado *versus* burguesia], definiu-se a etapa socialista da revolução brasileira. O único Estado capaz de cumprir esta etapa até as últimas conseqüências é a ditadura do proletariado, que se caracteriza pela hegemonia operária sobre os instrumentos de força: o exército revolucionário, as forças militares auxiliares, as milícias populares e a polícia.

A ditadura do proletariado revestirá a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo.

13 – O caráter socialista da revolução é determinado, por outro lado, pelo caráter das transformações que se operam na realidade sócio-político-econômica.²⁰⁸

Após estas orientações sobre a revolução brasileira, o documento menciona, ainda que de forma breve, a possibilidade de uma abertura política democrática no Brasil. Contudo, a democracia é interpretada, neste caso, como algo que favoreceria uma parte da burguesia e dos militares, representantes dos interesses do capitalismo e do imperialismo no Brasil e, por isso, sua implantação seria prejudicial à esquerda revolucionária.

Assim, ao refletir sobre suas possíveis influências nas classes sociais envolvidas, rapidamente esta possibilidade é descartada como objetivo tático do grupo de extrema esquerda, como se pode acompanhar no item 4 do tópico *A situação atual – nossa tática*.

²⁰⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.347.

²⁰⁸ Ibid., p. 346.

4 – (...) Embora uma abertura democrática seja positiva para a esquerda revolucionária, colocar isto como centro tático é não compreender o que representa a ditadura, é vê-la simplesmente como resposta ao desejo de alguns militares fascistas.²⁰⁹

Dessa forma, o MR-8 elaborou um documento muito bem distribuído e organizado para orientar os seus membros sobre as táticas e os objetivos a serem utilizados pelo movimento. Assim, tornou-se evidente que o intuito desta organização não era o de empreender uma luta que trouxesse de volta o regime democrático anterior ao golpe de Estado de 1964 e, ainda que em alguns momentos o MR-8 se colocasse como uma forma de oposição aos militares no poder, foi capaz de manter o seu plano original de tentativa de instauração do regime socialista.

Entretanto, esta não foi a única organização política de extrema esquerda a rumar para a busca de um novo regime político. Pregando a prática da violência e da ação armada contra as classes dominantes e o imperialismo, a Ação Libertadora Nacional (ALN) escreveu um documento que se destinaria a orientar os membros de tal organização com relação aos seus objetivos revolucionários e pós-revolução, *O papel da ação revolucionária na organização*, em maio de 1969.

Neste documento, fica evidente que o objetivo inicial deste grupo era também a instauração de uma guerra revolucionária no Brasil, a qual teria características distintas se comparada à elaborada pelo MR-8. Ela se desdobraria, então, em três partes: as guerrilhas rural e urbana e a guerra psicológica. As primeiras seriam caracterizadas pela luta armada no campo e na cidade com a finalidade de se criar um exército revolucionário de libertação nacional, “quanto à guerra psicológica, o que fizemos foi empregar contra a ditadura a técnica da desinformação e do rebate falso, contribuindo para levar o regime militar brasileiro quase ao desespero”.²¹⁰

O objetivo de tal forma de luta era “a conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário”,²¹¹ que pode ser compreendido neste contexto como uma fase transitória ao regime político a ser instaurado, no qual

expulsaremos então os norte-americanos do país. Confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaborem com os norte-americanos.

²⁰⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 351.

²¹⁰ Ibid., p. 209.

²¹¹ Ibid., p.220.

Confiscaremos a propriedade latifundiária e levaremos às últimas consequências a revolução agrária, libertando o campesinato. Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e em luta contra a colonização.²¹²

Assim, de acordo com Ridenti,

ao propor um "governo popular-revolucionário", a análise da ALN aproximava-se daquela de outra grande dissidência do PCB, o PCBR, que na sua Linha Política de abril de 1968 declarava que "o objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário...". Indo um pouco além da ALN, o PCBR já colocava que a "Revolução Popular" teria que, no mesmo processo, "seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em Revolução Socialista". Para o PCBR, "a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental", ao passo que a ALN privilegiava o "antagonismo" entre nação e imperialismo. Entretanto, vê-se que o PCBR tampouco se identificava com as propostas de revolução socialista sem mediações, projetando inicialmente um "governo popular" que desse "condições para a passagem às transformações socialistas."²¹³

Após a libertação nacional feita ao longo do governo popular-revolucionário, a ALN buscava, portanto, a inserção de um regime político que, através do grupo armado como vanguarda política,²¹⁴ levaria as massas ao poder – ao regime socialista.

Para nós, ao contrário, a guerrilha tem exatamente a finalidade de não permitir qualquer negociação política de conciliação com a burguesia em detrimento dos interesses de classe dos operários, camponeses e seus aliados e em prejuízo da revolução destinada a expulsar o imperialismo do país e eliminar os obstáculos para o socialismo.²¹⁵

Diferentemente da organização acima mencionada, a ALN sequer cita a possibilidade de uma luta pelo retorno da democracia em seu texto. Caracteristicamente bem organizado e marcado pelas orientações teóricas de busca pela prática ofensiva, o documento elenca de forma clara quais são os objetivos a se seguir. Por isso, a partir desta análise, foi possível entender que este não era um grupo de guerrilha que visava à instauração de uma revolução

²¹² REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.221.

²¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.164-164 apud RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p.37.

²¹⁴ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p.24.

²¹⁵ Ibid., p.215.

brasileira com o intuito de lutar pelo retorno da democracia. Seu projeto consistia na implantação de um novo regime político, o Socialismo.

Não muito diferente das demais organizações de guerrilha já estudadas, em seu documento *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*, de junho de 1969, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) dita orientações para a prática da luta armada. Por ser um documento que visa à primeira fase da revolução, o objetivo central do texto consiste na formulação de diretrizes para a cooptação das massas, com o intuito de iniciarem juntos a guerra revolucionária.

Todavia, a segunda fase também aparece nestas orientações teóricas, embora de forma secundária. Um dos motivos que podem explicar essa breve explanação da segunda fase revolucionária da VPR diz respeito “a trajetória desta organização, que se desmobilizou no Brasil em 1971 e, portanto, teve uma segunda fase mais curta.”²¹⁶

Assim, para os membros deste grupo, na primeira etapa da guerra revolucionária era essencial o apoio das massas, pois da força destes grupos que se daria o sucesso da revolução. Por isso, a politização e conversão das massas em prol dos ideais do grupo eram o primeiro objetivo a se seguir.

(...) Devemos entender que não é o nosso objetivo e não modifica fundamentalmente a nossa tarefa que é de organização da violência em nível menor hoje, mas permanente e crescente. Em compensação, quando camadas da população se organizam para nos apoiar – e devemos sempre lembrar a importância do campo neste plano – organizam-se já na perspectiva da guerra revolucionária.²¹⁷

Em um segundo momento, já com o apoio das massas, a guerra revolucionária rumaria para a instauração de um regime socialista, idealizado nos moldes do bolchevismo soviético.

Por Partido referimo-nos, nesse documento, não ao instrumento revolucionário que se forjará nos embates da guerra revolucionária, mas ao instrumento tradicional “de tipo bolchevista”, que visa enquadrar as massas e tomar o poder através do crescimento de um “Partido” que já existe hoje, embora pequeno e fraco.²¹⁸

²¹⁶ FULANETI, Oriana de Nadai. **Utopias em rotação**: análise do discurso da esquerda armada brasileira. 2010. 254f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.245.

²¹⁸ Ibid., p.224.

E, embora nada se refira neste documento sobre a vanguarda política no pós-revolução, o sexto capítulo das Teses de Jamil, denominado *A ditadura do proletariado*, dedica-se a esta compreensão. Dessa forma, o autor escreve “sobre “a consolidação do poder proletário frente ao inimigo derrotado mas não destruído” e sobre as mudanças na conduta do governo revolucionário advindas da nova versão da ditadura do proletariado”; assim, a vanguarda política estaria nas mãos dos trabalhadores.²¹⁹

No que diz respeito à democracia, da mesma forma que o grupo de guerrilha supracitado, a VPR não cita em seu documento a necessidade de se lutar pela conscientização das massas a fim de empreender uma luta que trouxesse de volta este regime político ao Brasil; tampouco cita o termo em seu texto de orientação teórica. Pode-se, portanto, concluir que sua luta política visava ao alcance de um novo regime a ser implantado através da guerra revolucionária e da ditadura do proletariado, o Socialismo.

Assim, partindo da análise das fontes supracitadas, pode-se concluir que, ao contrário do que ficou registrado na memória social da esquerda armada construída ao longo do processo de redemocratização do Brasil, a democracia jamais esteve na ordem do dia dessas organizações políticas de extrema esquerda. A busca pela instauração de um governo revolucionário que levasse a um regime socialista, através da ditadura do proletariado, foi sempre o objetivo a ser seguido.

²¹⁹ FULANETI, Oriana de Nadai. **Utopias em rotação**: análise do discurso da esquerda armada brasileira. 2010. 254f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.215.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória recebeu diferentes atribuições ao longo da história. Inicialmente versada como a maneira oficial de retratar o passado, ela ocupou, até o século XIX, o lugar de elaboração dos acontecimentos oficiais da nação. Somente a partir deste século, portanto, com o surgimento da historiografia, este desígnio se modificou e a história-memória, que descrevia os ritos do passado, foi substituída pela história, uma “ciência” baseada em uma metodologia analítica rigorosa.

Considerada pelos historiadores das escolas positivistas como uma narrativa sem critério analítico, a memória foi marginalizada; e a história, com sua rígida metodologia científica, passou a descrever os feitos políticos, eventos e biografia de grandes personalidades; apresentando, dessa forma, a história política oficial da nação.

Tal classificação manteve-se até o início do século XX, quando o surgimento de novas vertentes historiográficas cambiou os parâmetros outrora utilizados no estudo do passado. Assim, com a escola dos Annales e, posteriormente, com a Nova História Política, a memória recebeu uma nova caracterização, passando a ser vista como um objeto de estudo da história.

Variando entre social ou coletiva e individual, de acordo com a interpretação do pesquisador, a memória retrata, a partir de um ponto de vista pessoal do memorialista, os feitos do passado. Dada a sua característica descomprometida com a veracidade dos fatos e a seletividade que apresenta,²²⁰ não raramente aparece em discursos substituindo o lugar que deveria ser pautado pela história; sendo, portanto, utilizada e manipulada para finalidades políticas.

Assim, por seu caráter seletivo, a memória é composta automaticamente do esquecimento, haja vista que ao rememorar certos aspectos do passado é intrínseca a ocultação de determinadas questões.²²¹ Logo, os testemunhos ou relatos memorialísticos, ao trazerem a tona o fato ou período ao qual querem referenciar, selecionam os feitos que lhes são satisfatórios e ocultam, de maneira voluntária ou involuntária, os que não lhes convêm.

Não obstante, neste contexto, não só o esquecimento pode ser utilizado a fim de manipular um discurso; comumente o silêncio também é utilizado de maneira política. Ao relembrar o passado, mas optar por silenciar sobre um determinado acontecimento ou detalhes

²²⁰ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

²²¹ GROppo, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.47.

que o compõe, o memorialista modela a narrativa de acordo com o que lhe é conveniente, gerando um discurso coerente com o seu presente. Relacionado a diferentes aspectos que dependem da conjuntura analisada, uma das possibilidades deste silêncio consiste em gerar um esquecimento sobre determinadas questões.²²²

No que diz respeito ao Brasil, a memória, o silêncio e o esquecimento andaram juntos em muitos casos em que os setores sociais buscavam desenvolver um discurso distinto dos valores de acontecimentos do passado; um discurso que, a partir dos valores do presente democrático, os desvinculasse da participação em regimes ditatoriais. Esse foi o caso da sociedade civil e dos ex-guerrilheiros.

Tendo importantes parcelas de apoiadores e/ou partícipes do golpe de Estado de 1964 e da ditadura que o seguiu, a sociedade civil foi fundamental para a instauração e manutenção de um regime autoritário no Brasil. Isso porque além de fornecer as bases para o desenvolvimento deste regime – desde o aparato político, empresarial, midiático e institucional até a adesão das manifestações populares –, o apoio fornecido por esses setores sociais ainda legitimou os militares no poder do Estado; tudo em nome do combate ao comunismo.

Contudo, no primeiro período de revisitação da ditadura, durante a redemocratização do Brasil, a sociedade civil construiu uma imagem distinta de si. Baseando-se na cultura política democrática do momento, ela silenciou sobre os inúmeros setores que participaram da ditadura, que legitimaram este regime, e criou uma imagem baseada nos mitos de desconhecimento das práticas abusivas cometidas por agentes do Estado e de resistência ao regime autoritário; uma imagem que não condizia com a responsabilização dos setores envolvidos na ditadura, mas que os isentava dos atos abusivos cometidos pelos militares;²²³ uma representação um tanto quanto vitimadora, mas que concebia a memória de um grupo majoritário, a memória de resistência democrática.

Logo esta concepção também passou a designar o movimento de guerrilha. Partícipes fiéis dos movimentos de luta pela anistia política dos condenados pela ditadura e, posteriormente, pela campanha em prol das *Diretas Já!*, os ex-integrantes da luta armada passaram a ser vistos pelos membros da sociedade civil como árdus combatentes do autoritarismo; e exemplos de resistência em favor da democracia. Em breve esta designação passou a se referir também ao movimento de guerrilha.

²²² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. 1989, p.03-15.

²²³ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

Todavia não se pode dizer que a esquerda armada foi um agente passivo em sua própria memória. Através dos relatos memorialísticos de autocrítica da luta armada, os ex-combatentes da guerrilha mantiveram os ideais de resistência e democracia como epicentro de suas obras. Essa caracterização pode ser identificada através do silêncio estimado nestas obras acerca dos atos acometidos pelos grupos de guerrilha que não combinavam com os valores democráticos do momento somado às intensas descrições de combate e luta à ditadura instaurada em 1964.

Assim, por silenciarem sobre a tentativa de instauração de um regime socialista e sobre a participação de setores sociais na ditadura; e por descreverem os árduos combates à ditadura, denunciando e ao mesmo tempo dando corpo à memória de resistência democrática, tais relatos memorialísticos ganharam repercussão na sociedade civil, consolidando a memória social da esquerda armada sob a caracterização de luta de resistência e em favor da democracia.

Entretanto, os ex-guerrilheiros ocultavam de suas obras o que tão explícito era nos documentos de orientação teórica dos grupos de guerrilha: que a luta armada baseava-se em ações revolucionárias, em um movimento ofensivo; não podendo, portanto, ser caracterizado como movimento de resistência à ditadura. Mesmo porque a ditadura nunca foi um problema para os grupos de guerrilha, haja vista que o objetivo destes consistia em instaurar o socialismo através da ditadura do proletariado. O que era de fato consistia em um foco de combate era o grupo militar no poder, representante dos interesses da burguesia capitalista e do imperialismo no Brasil.

Dessa forma, nem um grupo de resistência à ditadura nem um movimento em favor da democracia, a esquerda armada lutou para instituir as convicções que foram elaboradas em um momento em que a cultura política revolucionária vigorava no Brasil. Portanto, a luta armada, a instauração de um regime socialista, as ações revolucionárias e a ditadura do proletariado: esses sim são valores que conduziam a luta daqueles combatentes.

Em novos tempos de revisitação da ditadura, o Estado propôs uma lei que determina a criação de uma comissão especial, a Comissão Nacional da Verdade, a fim de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” cometidas pelos governos ditatoriais – especialmente o civil-militar – e, com isso, constituir a “memória e à verdade histórica” sobre o passado que, para muitos, é traumático.²²⁴

²²⁴ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF,

Marcante por fazer parte da consolidação da democracia, a memória sobre este período tem se baseado em análises documentais e depoimentos a fim de reconstituir uma parte do passado da história do Brasil; assim, a “memória de indivíduos que foram alvos da repressão e sofreram com a tortura, bem como, aos familiares que reivindicam os desaparecimentos e/ou mortes de entes queridos” passaram a ser reconhecidos e o Estado foi, portanto, responsabilizado (embora não penalizado).²²⁵

Dessa forma, entende-se que este trabalho contribui, neste contexto de revisitação da ditadura, para encaixar mais uma peça do quebra-cabeça histórico que diz respeito a este tão obtuso período da história política do Brasil. Ao desconstruir a memória social da esquerda armada, baseada em fins políticos, pode-se compreender com mais precisão o contexto conflituoso que se deu durante a ditadura, bem como os seus feitos posteriores.

18 novembro 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

²²⁵ SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **História e Guerrilha:** entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas 60 e 70 do século XX. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012, p.98.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Fontes

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GUARANY, Reinaldo. **A fuga.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários:** memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980.

Obras

ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (Org.). **Pela democracia, contra o arbítrio:** a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil.** 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.15-36.

ARAÚJO, Caetano Pereira de. **1964:** as armas da política e a ilusão armada. São Paulo: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 321-353.

_____; SANTOS, Myrian Sepúlveda de. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p.95-111. 2007. Disponível em: <http://rccs.revues.org/728>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Ata da 1.115ª sessão de instalação da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da OAB (Conselho Pleno), em 7 de abril de 1964, na sede, na Av. Marechal Câmara, 210, 6º andar – Casa do Advogado – Estado da Guanabara apud LUIZ, Edson Medeiros Branco. A atuação política da Ordem dos Advogados do Brasil durante o regime militar. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/politicausp/cultesoc/estado/Edson.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1987.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

BRASIL. Ato Complementar Número 4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 22 novembro 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Ato Institucional Número 1, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 09 e 11 abril 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Ato Institucional Número 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 27 e 28 outubro 1965, 05 novembro 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Ato Institucional Número 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 13 dezembro 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 17 outubro 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 28 agosto 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 18 novembro 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

CAMARGO, Aspásia. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 05 mai. 2016.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.27, p.179-196. 1994. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16>. Acesso em: 14 set. 2013.

CARVALHAL, Juliana. Maurice Halbwachs e a questão da memória. **Revista Espaço Acadêmico**, v.06, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>>. Acesso em: 28 jul 2014.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 261-281.

CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960**: Régis Debray e o Foquismo. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (org.). **Civis que colaboraram com a ditadura**. Relatório da CNV, v.2, texto 8, 2014, p.314. Disponível em: <
<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2016.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p.23-37.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, p.15-28.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, Marcilene Nascimento de; FONSECA, André Dionei; ROIZ, Diodo da Silva. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

FICO, C. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FULANETI, Oriana de Nadai. **Utopias em rotação**: análise do discurso da esquerda armada brasileira. 2010. 254f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GABEIRA, Fernando. **Crepúsculo do Macho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GODAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

GOMES, Paulo Cesar. A esquerda episcopal na mira dos órgãos de informações da ditadura militar brasileira. **Revista InComunidade**, Porto, v.31. 2015. Disponível em: <http://www.incomunidade.com/v31/art_bl.php?art=3>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos Arquivos Judiciários. In: LUCA, Tania Regina de; PINKSY Carla Bassanezi. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GUARANY, Reinaldo. **Fornos quentes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda- jornalistas e censores. Do A.I à Constituição de 1988. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.80, p.91-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MARTINS Filho, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia Historia**. Belo Horizonte, nº 28, dez. 2002, p. 04. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 283-302.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a crise da política e a esquerda em crise. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.43. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 set. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PESCHARD, Jacqueline. **La cultura política democrática**. Disponível em: http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/la_cultura_politica_democratica.htm#I. Acesso em: 10 ago. 2016.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. 1989, p.03-15.

_____. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro, 1960-1990**. São Paulo: Com-Arte Fapesp, 1996. Disponível em: <http://www.livroseoutrasmidias.org/papers/mercado-editorial-brasileiro-1960-1990.pdf>. Acesso em 05 jul. 2016.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.29-52.

_____. (org.). **Versões e ficções**. O seqüestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 7. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia. Acesso em: 02 set. 2015.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.53-65.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 141-152.

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 81-91.

_____. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. Cecília MacDowell Santos; Edson Luís de Almeida Teles; Janaína de Almeida Teles (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**: Memória e Justiça no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2009

_____. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 199-220.

_____. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente vinte anos depois. In: PÔRTO JR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p.277-296.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, n.10, 2010, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p.01-16. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.37-58.

SKIDMORE, Thomas E. O Brasil de Getúlio a Castelo Branco. (1930-1964). São Paulo: Saga, 1969.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **História e Guerrilha**: entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas 60 e 70 do século XX. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememorações/ Comemorações: As utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n.44, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 15 jul. 2014.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, p.67-77.

TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente**: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Rio de Janeiro: Editerra, 2003.

VILAR, Leandro. **A Escola dos Annales**: legados historiográficos de três gerações (1929-1989). Disponível em: < <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html> >. Acesso em: 12 ago. 2016.